



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

EDITAL - Licitação

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 260420CE00003

LICITAÇÃO Nº. 00003/2026

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

CRITÉRIO: MENOR PREÇO POR ITEM

LEGISLAÇÃO: LEI 14.133/2021

Órgão Realizador do Certame:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS

RUA EXPEDICIONÁRIO LUÍS TENÓRIO LEÃO, 791 - CENTRO - CARAÚBAS - PB.

CEP: 58595-000 - E-mail: licitacao@caraubas.pb.gov.br - Tel.: (083) 99935-9643.

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 01.612.638/0001-46, doravante **denominado simplesmente ORC**, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através do Agente de Contratação, assessorado por sua Equipe de Apoio, sediado no endereço acima, às 09:30 horas do dia 11 de Maio de 2026, por meio do site abaixo indicado, licitação na modalidade Concorrência nº 00003/2026, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item, e sob o regime de empreitada por preço unitário; tudo de acordo com este instrumento e em observância a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, almejando obter a melhor proposta para: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS – PB, CONTRATO DE REPASSE Nº 990980/2025/MCIDADES/CAIXA.**

Data de abertura da sessão pública: 11/05/2026. Horário: 09:30 - horário de Brasília.

Data para início da fase de lances: 11/05/2026. Horário: 09:35 - horário de Brasília.

Local: <https://www.licitanet.com.br>

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da presente licitação: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS – PB, CONTRATO DE REPASSE Nº 990980/2025/MCIDADES/CAIXA.**

1.2.As especificações do objeto ora licitado - quantitativo e condições -, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste instrumento.

1.3.A licitação será realizada em um único item.

1.4.O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.5.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de obra para suprir demanda específica – **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS – PB, CONTRATO DE REPASSE Nº 990980/2025/MCIDADES/CAIXA** –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

1.6.Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições determinadas no Art. 4º, da Lei 14.133/21. Todavia, serão afastados os benefícios estabelecidos nos Arts. 47 e 48, por estarem presentes, de forma isolada ou simultânea, as situações previstas nos Incisos II e III, do Art. 49, todos da Lei 123/06.

1.7.Todas as referências de tempo neste Edital, no respectivo aviso e durante a sessão pública obedecerão ao horário de Brasília - DF.

2.0.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1.Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 08:00 as 12:00 horas.

2.2.Qualquer pessoa - cidadão ou licitante - é parte legítima para impugnar o Edital deste certame por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o respectivo pedido, dirigido ao Agente de Contratação, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, exclusivamente, da seguinte forma:

2.2.1.No endereço: <https://www.licitanet.com.br>.

2.3.O Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até três dias úteis, contado da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos seus anexos.

2.4.A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

2.5.Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados na norma vigente.

2.6.As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do ORC e no sistema, dentro do prazo estabelecido no item 2.3, e vincularão os participantes e a Administração.

3.0.DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO

3.1.Aos participantes serão fornecidos os seguintes elementos que integram este Edital para todos os fins e efeitos:

3.1.1.ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES;

3.1.2.ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO – de não empregar menor;

3.1.3.ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO – que a proposta compreende a integralidade dos custos;

3.1.4.ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO;

3.1.5.ANEXO V - MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos;

3.1.6.ANEXO VI - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP.

3.2.A obtenção do Edital será feita da seguinte forma:

3.2.1.Pelos endereços eletrônicos:

3.2.1.1.www.tce.pb.gov.br;

3.2.1.2.<https://www.licitanet.com.br>; e

3.2.1.3.www.gov.br/pncp.

3.3.Salienta-se que é parte integrante do presente instrumento convocatório, na forma de anexo, o correspondente Estudo Técnico Preliminar - ETP, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução; em atendimento ao requisito de publicidade determinado na norma vigente, que exige a publicação conjunta desses estudos com o respectivo Edital para garantir plena transparência e competitividade.

4.0.DO SUPORTE LEGAL

4.1.Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; que ficam fazendo partes integrantes deste Edital, independente de transcrição.

5.0.DO PRAZO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão da Ordem de Serviço:

Início: 3 (três) dias;

Conclusão: 6 (seis) meses.

5.2.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: 10 (dez) meses, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

5.3.As despesas decorrentes do objeto deste certame, correrão por conta da seguinte dotação:

Recursos Oriundos do Contrato de Repasse Nº 990980/2025/MCIDADES/CAIXA e recursos próprios do orçamento municipal a título de contrapartida:

20600 – SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS E SERVIÇOS URBANOS

20600.15.451.0045.1064 – CONSTRUIR E RECUPERAR PAVIMENTAÇÕES

4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES 500

4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES 700.

6.0.DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1.A licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio do sistema disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br>.

6.2.Deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos pelo provedor do sistema, disponíveis no referido sítio eletrônico para acesso ao sistema e operacionalização.

6.3.Caberá ao licitante interessado em participar deste certame, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.4.A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente.

6.5.Não poderão participar os interessados:

6.5.1.Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

6.5.2.Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.5.3.Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

6.5.4.Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.5.5.Cujo estatuto ou contrato social não incluir o objeto desta licitação; e

6.5.6.Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14, da Lei 14.133/21.

6.6.O presente Edital não possibilitará a participação das pessoas físicas: Consideradas as características e propriedades do objeto desta contratação, entende-se pela impossibilidade de participação da pessoa física, quer pelos próprios atributos do objeto, quer pelos requisitos exigidos para habilitação dos interessados; haja vista que para a sua devida execução, poderão ser demandados recursos financeiros ou uma estrutura de equipamentos e instalações, ou até a pluralidade de profissionais, incompatíveis para uma pessoa física. Nesses termos, conclui-se que a capacidade de uma pessoa física de garantir a execução da contratação, observadas ainda a dinâmica do mercado e a legislação pertinente, é bem menor que a de uma empresa, representando um potencial prejuízo para a Administração.

6.7.É permitida a participação de pessoas jurídicas que estejam reunidas em consórcio, observadas as seguintes normas:

6.7.1.Comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante o ORC;

6.7.2.Apresentação dos documentos de habilitação exigidos neste instrumento, por parte de cada consorciado, com admissão, quando for o caso, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

6.7.2.1.Será estabelecido para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira. O referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei;

6.7.3.Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

6.7.4.Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

6.7.5.O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do respectivo compromisso anteriormente subscrito pelos consorciados;

6.7.6.A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo ORC e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato; e

6.7.7.A proposta será enviada pela empresa responsável pelo consórcio.

6.8.Não será permitida a participação de sociedades cooperativas: Pela natureza do objeto desta contratação e, ainda, observado o modo como é usualmente executado no mercado em geral, entende-se presentes, de forma isolada ou simultânea, aspectos que desnaturam a atuação típica de uma cooperativa, seja pela própria natureza do objeto, seja a necessidade de subordinação jurídica entre o particular contratado e o obreiro, bem como de pessoalidade e habitualidade. Portanto, a participação de cooperativas potencializa a ocorrência de violação a princípios da licitação, como os da legalidade, economicidade e eficiência, expondo a Administração a vários riscos, dentre os quais o de enfrentar situações ambíguas e questionamentos legais, uma vez que as cooperativas possuem normas próprias das empresas tradicionais, afetando a segurança jurídica do certame; de ter que arcar com eventuais obrigações trabalhistas subsidiariamente; e a dificuldade de responsabilização e controle devido à natureza peculiar das cooperativas.

6.9.CONDIÇÕES ESPECÍFICAS: O licitante deverá atender aos requisitos abaixo e os respectivos comprovantes, obrigatoriamente, integrarão a documentação para fins de habilitação:

6.9.1.Comprovação de qualificação técnico-profissional, através da **apresentação de Profissional**, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da presente licitação, que foram determinadas nos termos da norma vigente; abaixo indicadas. O referido atestado, que no caso é representado pela Certidão de Acervo Técnico - CAT emitida pelo conselho profissional competente, só será aceita se acompanhada da comprovação de que o Profissional apresentado pertence ao quadro da empresa ou dele fará parte caso seja vencedora do presente certame. Tal comprovação poderá ser feita através da apresentação de qualquer um dos seguintes documentos, a critério do licitante: a) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS assinada ou da ficha de Registro do Empregado; b) instrumento de contrato de prestação de serviços regido pela legislação civil comum, devidamente registrado no registro público, nos termos do Art. 221, da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; c) ART Cargo-Função ou equivalente, emitido pelo conselho profissional competente; d) contrato social, alteração contratual ou equivalente na forma da lei, quando o responsável técnico for sócio da empresa; e) certidão de registro do licitante no conselho profissional competente, nos termos da norma vigente, dentro da data de sua validade e apenas quando essa trazer a indicação expressa do referido Profissional apresentado, como responsável técnico da empresa; f) declaração formal assinada pelo responsável técnico designado pelo licitante, detentor do correspondente acervo, contendo obrigatoriamente a identificação da empresa e do signatário, local e data, e basicamente com os seguintes termos: ► "DECLARO sob as penalidades da lei, que autorizei a apresentação do meu acervo para comprovação da capacidade técnico-profissional exigida na Concorrência Eletrônica nº. 00003/2026 e que integrarei o quadro técnico da empresa, ou lhe prestarei serviços para obra específica, caso seja vencedora do referido certame, realizado pela Prefeitura Municipal de Caraubas - PB" ◄. Serão admitidos os atestados referentes à execução de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior a: f1) PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA; f2) MEIO FIO DE CONCRETO PARA VIAS URBANAS; f3) EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO..

6.9.1.1.O licitante poderá apresentar mais de um profissional e atestado para comprovação da sua capacidade técnico-profissional.

6.9.1.2.Os licitantes que venham a apresentar o mesmo Profissional para comprovação da capacidade técnico-profissional serão automaticamente inabilitados.

6.9.1.3.O referido profissional indicado pelo licitante deverá participar da execução da obra, e será admitida a sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo ORC.

6.9.2.Comprovação de qualificação técnico-operacional, através de certidão ou atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, **em favor do Licitante**, que demonstre a sua capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da presente licitação, que foram determinadas nos termos da norma vigente; abaixo indicadas. Serão admitidas as certidões ou os atestados referentes à execução de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior a: a) PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA – Quantidade executada = 2.983,59 m³; b) MEIO FIO DE CONCRETO PARA VIAS URBANAS – Quantidade executada = 620,80 m; c) EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO – Quantidade executada = 2.983,59 m³.

6.9.2.1.O licitante poderá apresentar mais de uma certidão ou atestado para comprovação da sua capacidade técnico-operacional.

6.9.3.Demonstrativo da aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes da futura contratação, extraído do seu balanço patrimonial do último exercício social, feito através da apresentação de DECLARAÇÃO assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento dos seguintes índices:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}} > 1,00 \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}} > 1,00 \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} > 1,00 \end{aligned}$$

Onde:

LG - Liquidez Geral;
SG - Solvência Geral;
LC - Liquidez Corrente.

6.9.3.1. Salienta-se que os índices e valores aqui previstos são os usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes de licitações com o tipo de objeto semelhante ao deste certame;

6.9.3.2. A pessoa jurídica criada no exercício financeiro deste certame deverá apresentar o balanço de abertura, em substituição ao referido demonstrativo de aptidão econômica, hipótese em que não se aplica a exigência da comprovação do atendimento aos índices econômicos acima;

6.9.3.3. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis, referidos neste instrumento, serão exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

6.10. GARANTIA DE PROPOSTA: O licitante deverá atender ao requisito abaixo e o respectivo comprovante encaminhado por meio do sistema eletrônico, quando solicitado pelo Agente de Contratação, como requisito de pré-habilitação:

6.10.1. Comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, no valor equivalente a R\$ 8.575,84. Essa comprovação terá como referência o momento de apresentação da proposta, portanto, o prazo máximo para a "prestação" da referida garantia é **até a data e o horário previstos para abertura da sessão pública desta licitação**. Caberá ao licitante optar por uma das seguintes modalidades de garantia: a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente; b) seguro garantia; c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil; d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal. A referida garantia, quando na modalidade caução em dinheiro, deverá ser depositada na seguinte conta: Titular - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS. Banco - BANCO DO BRASIL. Agência - 1144-4. Conta Corrente - 5436-4. Na hipótese do respectivo comprovante bancário apresentar alguma inconsistência que não permita a confirmação de depósito do valor referente à garantia, a proposta será desclassificada:

6.10.1.1. A garantia de proposta será devolvida ao licitante no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação;

6.10.1.2. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação;

6.10.1.3. Não sendo comprovado o recolhimento da correspondente quantia a título de garantia de proposta conforme as disposições deste item, inclusive se for realizado posteriormente a data e o horário previstos para abertura da sessão pública desta licitação, a respectiva proposta será desclassificada.

7.0. DO CREDENCIAMENTO

7.1. Poderão participar desta Concorrência os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico de disputa à distância utilizado pelo ORC, acessando o seguinte endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br>.

7.2. Os interessados deverão atender às condições e procedimento constantes do referido site, cujo credenciamento implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

7.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema eletrônico ou do ORC por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no referido sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.0. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Na presente licitação, **a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento**, nos termos do Art. 17, § 1º, da Lei 14.133/21. Portanto os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, simultaneamente os documentos de HABILITAÇÃO e a PROPOSTA com o preço, observado o disposto neste Edital quanto a documentação exigida para fins de habilitação.

8.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, relativamente às declarações necessárias e obrigatórias, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei 14.133/21; tais como:

8.2.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

8.2.2. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

8.2.3. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV, do Art. 1º e no Inciso III, do Art. 5º da Constituição Federal.

8.2.4. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.

8.3. O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º, da Lei 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do Art. 4º, da Lei 14.133/21:

8.3.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item; e

8.3.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei 123/06, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 8.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 8.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas finais, após a fase de envio de lances.
- 8.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 8.7.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 8.7.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem anterior.
- 8.8. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado por ele no sistema.
- 8.9. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o ORC, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 8.10. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 8.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 8.12. A falsidade de declaração relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/21, e neste Edital. O Agente de Contratação poderá promover diligência destinada a esclarecer as informações declaradas.

9.0. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 9.1. O licitante deverá enviar sua **PROPOSTA** mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos necessários e obrigatórios para o exame de forma objetiva da sua real adequação e exequibilidade, tais como:
- 9.1.1. Valor unitário do item: expresso em moeda corrente nacional;
- 9.1.2. Quantidade: conforme fixada no Termo de Referência - Anexo I;
- 9.1.3. Descrição do objeto: contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência - Anexo I.
- 9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.
- 9.3. Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais.
- 9.4. A quantidade de unidade a ser cotada está fixada no Termo de Referência - Anexo I.
- 9.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 9.6. No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços.
- 9.7. O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 9.8. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 9.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 9.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 9.11. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e **qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta** correspondente, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.0. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 10.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública:
- 10.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;
- 10.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;
- 10.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 10.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 10.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.
- 10.5. Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro:
- 10.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 10.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 10.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema:
- 10.7.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).
- 10.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema:
- 10.8.1. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;
- 10.8.2. O Agente de Contratação poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo desse processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.
- 10.9. Será adotado para o envio de lances neste certame o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.10.A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.11.A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.12.Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.13.Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações:

10.13.1.Após o reinício previsto no item acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.14.Encerrada a etapa de que trata o subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.

10.15.Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.16.Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.17.No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.18.Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.19.Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.20.Em relação ao item não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45, da Lei 123/06.

10.21.Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até dez por cento acima da melhor proposta ou do melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.22.A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de cinco minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.23.Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de cinco por cento, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

10.24.No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.25.Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances.

10.26.Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60, da Lei 14.133/21, nesta ordem:

10.26.1.Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.26.2.Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;

10.26.3.Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.26.4.Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.27.Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos serviços prestados por:

10.27.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do ORC;

10.27.2. Empresas brasileiras;

10.27.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.27.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.

10.28.Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

10.29.Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento:

10.29.1.A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

10.29.2.A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

10.29.3.Concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos os licitantes e registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo;

10.29.4.O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 5 (cinco) horas, envie a sua **proposta atualizada**, adequada ao último lance ofertado e após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

10.29.5.É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente.

10.30.Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no sistema a nova data e horário para a sua continuidade, observado o intervalo mínimo de vinte e quatro horas.

10.31.Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de julgamento da proposta.

11.0.DA FASE DE JULGAMENTO

11.1.Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no Art. 14, da Lei 14.133/2021, legislação correlata e neste Edital.

11.2.Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício aplicado.

11.3.Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estipulado para contratação, conforme definido neste Edital e em seus anexos.

11.4.O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio do sistema, no prazo de 5 (cinco) horas, sob pena de não aceitação da proposta:

11.4.1.É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

11.5.Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.5.1.Contiver vícios insanáveis;

11.5.2.Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência - Anexo I;

11.5.3.Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.5.4.Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.5.5.Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.5.6.Não comprovar, quando solicitado pelo Agente de Contratação recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, nos termos do item 6.10 deste Edital.

11.6.Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pelo ORC; em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, será dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de 5 (cinco) horas para apresentar, por meio do sistema eletrônico, a documentação que comprove a viabilidade da proposta:

11.6.1.É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

11.6.2.A inexequibilidade, nessa hipótese, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

11.6.2.1.Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

11.6.2.2.Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.6.3.Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pelo ORC, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a legislação vigente.

11.7.O Agente de Contratação poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

11.8.Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas das propostas. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

11.9.Encerrada a fase de julgamento, após verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, o Agente de Contratação verificará os documentos relativos à regularidade fiscal do licitante, observado o disposto neste instrumento convocatório; bem como solicitará ao proponente provisoriamente vencedor, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, nos termos do item 6.10 deste Edital.

12.0.DA HABILITAÇÃO

12.1.Os documentos previstos neste instrumento, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme as disposições dos Arts. 62 a 70, da Lei 14.133/21.

12.2.Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **HABILITAÇÃO**:

12.3.PESSOA JURÍDICA:

12.3.1.Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

12.3.2.Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

12.3.3.No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldomicroempreendedor.gov.br. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento probatório de seus administradores. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento probatório de seus administradores. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz. Em se tratando de sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil. Salienta-se que os documentos relacionados neste subitem deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.3.4.Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais. Os referidos documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos. As pessoas jurídicas criadas no exercício financeiro desta licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

12.3.5.Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.3.6.Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de certidão negativa, ou outro equivalente, na forma da lei.

12.3.7.Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de certidão negativa, ou outro equivalente, na forma da lei.

12.3.8.Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, apresentando o respectivo Certificado de Regularidade fornecido pela Caixa Econômica Federal.

12.3.9.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.3.10.Declaração do licitante atestando que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo – Anexo II.

12.3.11.Declaração do licitante, sob pena de desclassificação, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo – Anexo III.

12.3.12.Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas.

12.3.13.Registro ou inscrição, em compatibilidade com o objeto do presente certame, do licitante e seus responsáveis técnicos frente ao conselho regional de fiscalização profissional competente, da região da sede do licitante.

12.3.14.Comprovação do cumprimento de requisitos normativos, conforme modelos - Anexo V:

12.3.14.1.Declaração de ciência dos termos do Edital;

12.3.14.2.Declaração de inexistir fato impeditivo;

12.3.14.3.Declaração de não possuir no quadro societário servidor da ativa do ORC;

12.3.14.4.Declaração de não utilizar trabalho degradante ou forçado;

12.3.14.5.Declaração de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade; e

12.3.14.6.Declaração de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

12.4.Documentação específica - pessoa jurídica:

12.4.1.Comprovação de qualificação técnico-profissional - item 6.9.1.

12.4.2.Comprovação de qualificação técnico-operacional - item 6.9.2.

12.4.3.Demonstrativo da aptidão econômica - item 6.9.3.

12.5.Documentação de licitantes reunidos em consórcio:

12.5.1.A documentação de cada pessoa jurídica que estejam reunidas em consórcio, nos termos das disposições deste Edital, deverá ser apresentada pela empresa responsável pelo consórcio, quando do envio da respectiva proposta inicial, correspondendo a:

12.5.1.1.Comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante o ORC;

12.5.1.2.Documentos de habilitação exigidos neste instrumento, por parte de cada consorciado, com admissão, quando for o caso, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado:

12.5.1.2.1.Será estabelecido para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira. O referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

12.6.Os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço:

12.6.1.O Agente de Contratação, na abertura da sessão pública, deverá informar no sistema o prazo para a verificação dos documentos de habilitação, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado da habilitação, nos termos deste Edital;

12.6.2.Eventual postergação do prazo a que se refere o subitem anterior, será comunicada tempestivamente via sistema;

12.6.3.Apenas os licitantes habilitados serão convocados para envio de lances.

12.7.Serão verificados os documentos de habilitação de todos os licitantes:

12.7.1.Os documentos relativos à regularidade fiscal constantes deste Edital, somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e ocorrerá em relação a todos os licitantes; e enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do Agente de Contratação, prorrogável por igual período, nas seguintes situações:

12.7.1.1.Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação; ou

12.7.1.2.De ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

12.7.2.A não comprovação pelo licitante de sua regularidade fiscal nos termos deste Edital, e após observadas as disposições do Art. 43, da Lei 123/06, acarretará na desclassificação da respectiva proposta.

12.8.A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.9.Encerrado o prazo para envio da documentação de habilitação exigida neste certame, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

12.9.1.A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

12.9.2.Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.9.3.Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante; e

12.9.4.Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fô pública.

12.10.Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

12.11.Encerrada a fase de habilitação, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

12.12.A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, observando-se o seguinte procedimento:

12.12.1.As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição;

12.12.2.Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o subitem anterior, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

12.12.3.Para aplicação do disposto no subitem anterior, o prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado do julgamento das propostas. A prorrogação desse prazo poderá ser concedida, a critério do Agente de Contratação, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

12.12.4.A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista de que tratam os dois subitens anteriores;

12.12.5.A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156, da Lei 14.133/21, sendo facultado ao ORC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação;

12.12.6.Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.13.Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver alguma dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.14.Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos:

12.14.1.Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.15.Os documentos exigidos para fins de habilitação no certame deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por índice correspondente, apresentados em original; ou por cópia autenticada por cartório competente, ou pelo Agente de Contratação, ou por membro da Equipe de Apoio ou da Comissão de Contratação; ou publicação em órgão da imprensa oficial. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas e dentro do prazo de validade, considerado o disposto neste Edital. A eventual ausência do referido índice não inabilitará o licitante, sendo que:

12.15.1.A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante os agentes do ORC relacionados no item anterior, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

12.15.2.Quando o documento for obtido via Internet sua autenticidade será comprovada no endereço eletrônico nele indicado;

12.15.3.Poderá ser utilizada, a critério do Agente de Contratação, a documentação cadastral de fornecedor, constante dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelo licitante.

12.16.Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.17.Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas dos documentos de habilitação apresentados. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

13.DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1.A proposta final do licitante declarado vencedor - **proposta atualizada** - deverá ser encaminhada no prazo de 5 (cinco) horas, a contar da solicitação do Agente de Contratação no sistema eletrônico, e deverá:

13.1.1.Ser elaborada em consonância com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos, redigida em língua portuguesa e impressa em uma via em papel timbrado do proponente, quando for o caso, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas; datada e assinada pelo licitante ou seu representante legal, com indicação: do valor global da proposta; do prazo de execução; das condições de pagamento; e da sua validade;

13.1.2.Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

13.1.3.Estar adequada ao último lance ofertado e a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares eventualmente solicitados, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados; especialmente de:

13.1.3.1.Planilha de quantitativos e preços;

13.1.3.2.Cronograma físico-financeiro compatível com o prazo de execução dos serviços; e

13.1.3.3.Composição de custos unitários contendo, inclusive, o detalhamento da composição e da taxa de Bonificação ou Benefício de Despesas Indiretas - BDI e dos respectivos percentuais praticados, bem como o detalhamento dos Encargos Sociais - ES.

13.2.Será desconsiderada a proposta cuja planilha apresente **preço unitário, para qualquer um dos serviços nela indicado, superior ao estimado** pelo ORC que está devidamente detalhado na correspondente planilha dos serviços a serem executados - orçamento base da licitação.

13.3.A planilha de quantitativos e preços, o cronograma físico-financeiro e a composição de custos unitários, deverão ser assinados por responsável técnico da empresa:

13.3.1.Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço;

13.3.O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta.

13.4.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais, sendo que, nesse último caso, a indicação em contrário está sujeita a correção, observando-se aos seguintes critérios:

13.4.1.Falta de dígitos: serão acrescentados zeros;

13.4.2.Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que cinco, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais excedentes suprimidos.

13.5.Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o preço unitário e o total em algarismos e o valor global da proposta em algarismos e por extenso:

13.5.1.Existindo discrepância entre o preço unitário e total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá;

13.5.2.No caso de divergência entre o valor numérico e o expresso por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso;

13.5.3.Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo serviço, prevalecerá o de menor valor.

13.6.A proposta obedecerá aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.7.A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

13.8.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços; inclusive a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.9.A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção ao Contratado:

13.9.1.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

13.10.As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13.11.O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de seu encaminhamento.

14.0.DOS RECURSOS

14.1.A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165, da Lei 14.133/21.

14.2.Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que no presente certame será de 30 (trinta) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

14.3.Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1.A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2.O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de julgamento.

14.4.O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.5.As razões do recurso deverão ser apresentadas, exclusivamente, da seguinte forma:

14.5.1.Em campo próprio do sistema eletrônico.

14.6.O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com a sua manifestação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.7.Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.8.O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.9.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.10.O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.11.Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no seguinte sítio: <https://www.licitanet.com.br>.

15.0.DA HOMOLOGAÇÃO

15.1.Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

15.1.1.Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

15.1.2.Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

15.1.3.Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

15.2.4.Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16.0.DO CONTRATO

16.1.Após a homologação pela autoridade superior do ORC, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, e nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, assinar o respectivo contrato, podendo o mesmo sofrer alterações nos termos definidos pela Lei 14.133/21:

16.1.1.O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração;

16.1.2.A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor ORC:

16.1.2.1.A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma estabelecida neste dispositivo;

16.1.3.Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16.2.Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, ou instrumento hábil, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e em outras legislações aplicáveis.

16.3.Na assinatura do contrato será exigida a comprovação de todas as condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo Contratado durante a vigência do referido contrato.

16.4.O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21; e executado sob o regime de empreitada por preço unitário.

16.5.Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

16.6.Garantia da contratação:

16.6.1.Será exigida garantia adicional de que trata o § 5º, do Art. 59, da Lei 14.133/21, do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pelo ORC, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta. Portanto: garantia adicional = 85% do valor orçado - proposta correspondente.

16.6.2.Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no prazo máximo de 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação, e anterior à assinatura do contrato:

16.6.2.1.A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas;

16.6.2.2.Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia no prazo fixado, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia;

16.6.2.3.A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

16.6.2.4.Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual;

16.6.2.5.A apólice de seguro-garantia deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão.

16.6.3.Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia nos termos deste instrumento, deverá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização:

16.6.3.1.Quando a garantia em dinheiro for a modalidade escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta bancária específica de instituição financeira por ele indicada;

16.6.3.2.Optando por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;

16.6.3.3.No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil;

16.6.3.4.Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Superintendência de Seguros Privados SUSEP.

16.6.4.A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

16.6.4.1.Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

16.6.4.2.Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado; e

16.6.4.3.Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

16.6.5.No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

16.6.6.Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento do Contratante, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

16.6.7.Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificado.

16.6.8.O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria:

16.6.8.1.O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

16.6.8.2.Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro.

16.6.9.Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato:

16.6.9.1.A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Superintendência de Seguros Privados SUSEP;

16.6.9.2.A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

16.6.10.A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do Contratante e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

16.6.11.O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste instrumento.

16.6.12.O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

16.6.13.A garantia de execução é independente de eventual garantia do serviço prevista nesta contratação.

17.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

17.1.Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/04/2026.

17.2.Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do seguinte parâmetro, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade: Índice Nacional de Custo da Construção INCC-FGV.

17.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

17.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

17.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

18.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

18.2.Por se tratar de obra, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinado pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

18.3.Serão designados pelo ORC representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

19.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

19.1.Obrigações do Contratante:

- 19.1.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;
- 19.1.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;
- 19.1.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;
- 19.1.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

19.2.Obrigações do Contratado:

- 19.2.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
- 19.2.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;
- 19.2.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;
- 19.2.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
- 19.2.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;
- 19.2.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;
- 19.2.7.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

20.0.DO PAGAMENTO

- 20.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.
- 20.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.
- 20.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.
- 20.4.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 21.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
- 21.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

22.0.DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 22.1.As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 22.2.Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.
- 22.3.É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 22.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

23.0.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1.Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

23.2.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

23.3.Todas as referências de tempo no Edital, nos seus anexos, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4.A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.5.As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do ORC, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.6.Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o ORC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.7.Para todos os efeitos, na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no ORC.

23.8.O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.9.Em caso de divergência entre disposições do Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do Edital.

23.10.O Edital e seus anexos também estão disponibilizados na íntegra no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br>; no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP; e poderão ser lidos, e quando for o caso obtidos, mediante processo regular e observados os procedimentos definidos pelo ORC, no endereço: Rua Expedicionário Luís Tenório Leão, 791 – Centro – Caraúbas – PB, nos horários normais de expediente: das 08:00 as 12:00 horas; mesmo endereço e horário nos quais os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.11.Para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Serra Branca, Estado da Paraíba.

Caraúbas - PB, 23 de Abril de 2026.

JOSÉ CLEITON DE MELO
Agente de Contratação



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS
SETOR DE CONTRATAÇÃO

ANEXO I - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00003/2026

TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto desta licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS – PB, CONTRATO DE REPASSE Nº 990980/2025/MCIDADES/CAIXA.

2.0.DA JUSTIFICATIVA

2.1.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de obra para suprir demanda específica – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS – PB, CONTRATO DE REPASSE Nº 990980/2025/MCIDADES/CAIXA –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

2.2.As características e especificações do objeto ora licitado são:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS – PB, CONTRATO DE REPASSE Nº 990980/2025/MCIDADES/CAIXA.	UND	1	857.584,14	857.584,14
				TOTAL	857.584,14

3.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

3.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

3.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

3.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

4.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

4.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

4.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

4.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

4.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação.

4.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

4.7.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

5.0.DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

5.1.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão da Ordem de Serviço:

Início: 3 (três) dias;

Conclusão: 6 (seis) meses.

5.2.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: 10 (dez) meses, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

6.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

6.1.Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/04/2026.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do seguinte parâmetro, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade: Índice Nacional de Custo da Construção INCC-FGV.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

6.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

6.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

7.0. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

7.2. O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

7.3. Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

8.0. DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

8.2. Por se tratar de obra, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

9.0. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

9.1. Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de pertinentes a essas atribuições.

10.0. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

10.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

11.0. DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

11.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.0. DO MODELO DE PROPOSTA

12.1. É parte integrante deste Termo de Referência o modelo de proposta correspondente, podendo o licitante utilizá-lo como referência - Anexo 01.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO 01 AO TERMO DE REFERÊNCIA - PROPOSTA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00003/2026

PROPOSTA

REFERENTE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00003/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS - PB.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS – PB, CONTRATO DE REPASSE Nº 990980/2025/MCIDADES/CAIXA.

PROPONENTE:
CNPJ:

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS – PB, CONTRATO DE REPASSE Nº 990980/2025/MCIDADES/CAIXA.	UND	1		

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R\$

PRAZO DE EXECUÇÃO:
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
VALIDADE DESTA PROPOSTA:

Dados bancários do proponente para fins de pagamento:
Banco:
Conta:

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a proposta deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO II - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00003/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO - de não empregar menor

REFERENTE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00003/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente; em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO III - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00003/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO - que a proposta compreende a integralidade dos custos

REFERENTE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00003/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO IV - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00003/2026

MINUTA DO CONTRATO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 260420CE00003

CONTRATO Nº:-SDC

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE
CARAUBAS E, PARA EXECUÇÃO DE OBRA CONFORME DISCRIMINADO NESTE
INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Caraúbas - Rua Expedicionário Luís Tenório Leão, 699 - Centro - Caraúbas - PB, CNPJ nº 01.612.638/0001-46, neste ato representada pelo Prefeito Nerivan Alvares de Lima, Brasileiro, Casado, residente e domiciliado na Rua Abdias Alves de Oliveira, 10 - Centro - Caraúbas - PB, CPF nº 054.240.254-80, Carteira de Identidade nº 2.930.016 SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado - - - -, CNPJ nº, neste ato representado por residente e domiciliado na, - - - -, CPF nº, Carteira de Identidade nº, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da licitação modalidade Concorrência Eletrônica nº 00003/2026, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada ..., tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAUBAS – PB, CONTRATO DE REPASSE Nº 990980/2025/MCIDADES/CAIXA.

A obra deverá ser executada rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade Concorrência Eletrônica nº 00003/2026 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e sob o regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$... (...).

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/04/2026. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do seguinte parâmetro, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade: Índice Nacional de Custo da Construção INCC-FGV.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos Oriundos do Contrato de Repasse Nº 990980/2025/MCIDADES/CAIXA e recursos próprios do orçamento municipal a título de contrapartida:

20600 – SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS E SERVIÇOS URBANOS

20600.15.451.0045.1064 – CONSTRUIR E RECUPERAR PAVIMENTAÇÕES

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados da emissão da Ordem de Serviço:

a - Início: 3 (três) dias;

b - Conclusão: 6 (seis) meses.

A vigência do presente contrato será determinada: 10 (dez) meses, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a - Efetuar o pagamento relativo a execução da obra efetivamente realizada, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução da obra contratada;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade da obra, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;

e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

a - Executar devidamente a obra descrita na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

h - Prestar garantia da contratação, quando exigida, observados os procedimentos, condições e prazo definidos na licitação modalidade Concorrência Eletrônica nº 00003/2026. Não ocorrendo a efetiva prestação de garantia na forma determinada, sujeitará o Contratado às penalidades estabelecidas neste contrato e na legislação pertinente, sem prejuízo da sua extinção;

i - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;

j - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

Por se tratar de obra, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três

anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Serra Branca.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Caraúbas - PB, ... de de

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

.....

PELO CONTRATADO

.....



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO V - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00003/2026

MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos

REFERENTE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00003/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de ciência dos termos do Edital.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

2.0 - DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que inexistente até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

3.0 - DECLARAÇÃO de não possuir no quadro societário servidor da ativa do órgão.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado da Prefeitura Municipal de Caraubas, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ela vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

4.0 - DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

5.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas.

6.0 - DECLARAÇÃO de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS

ANEXO VI - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00003/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP [Publicidade: divulgação conjunta com o edital]

OBSERVAÇÃO: este anexo é representado pelo correspondente Estudo Técnico Preliminar - ETP, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução; em atendimento ao requisito de publicidade determinado na norma vigente, que exige a publicação conjunta desses estudos com o respectivo Edital para garantir plena transparência e competitividade.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS

1.Introdução

Este documento apresenta os estudos técnicos preliminares, onde será avaliada a contratação pretendida, demonstrando os elementos e as informações essenciais que servirão para embasar a elaboração do Termo de Referência, quando for considerada viável, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

2.Objeto

Constitui objeto do presente estudo técnico a pretensa: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS – PB, CONTRATO DE REPASSE Nº 990980/2025/MCIDADES/CAIXA.

3.Necessidade da contratação

A contratação descrita, que mesmo com o contínuo esforço de sempre buscar a otimização dos processos de trabalho, é essencial: Pela necessidade da devida efetivação de obra para suprir demanda específica – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS – PB, CONTRATO DE REPASSE Nº 990980/2025/MCIDADES/CAIXA –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

4.Alinhamento aos planos da Administração

A contratação pretendida está alinhada aos planos estratégicos da Administração, delineados nas diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas, onde estão fixadas e detalhadas as respectivas ações ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos, programas e processos.

5.Requisitos da contratação

As características e especificações do objeto da referida contratação são:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE
ETP 1	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	UND	1

O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão da Ordem de Serviço:

Início: 3 (três) dias;

Conclusão: 6 (seis) meses.

A vigência da presente contratação será determinada: 10 (dez) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

Salienta-se que neste instrumento de planejamento foram consideradas as especificações da pretensa contratação, definidas pelo setor técnico competente e detalhadas nos respectivos documentos decorrentes, preliminarmente elaborados quando necessários, a exemplo de memórias de cálculo, planilhas orçamentárias e cronogramas físico-financeiros.

A contratação da obra, objeto deste estudo preliminar, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

Uma vez autorizada, a contratação pretendida deverá possuir previsão e adequação orçamentária e financeira com o orçamento vigente, necessariamente demonstrada, e compatibilidade com as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

6.Relação entre a demanda pretendida e o dimensionamento da obra

O adequado equilíbrio entre a demanda requerida e a dimensão da correspondente contratação é fundamental para o seu planejamento e execução, notadamente com o intuito de reduzir ou, até mesmo, de se evitar aditivos contratuais desnecessários ou, ainda, a necessidade da realização de novo certame, com consequente perda de economia de escala.

O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função da obra delineada e utilização prováveis, representados pela estimativa dos serviços a serem executados, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível, os subsídios contidos nos anteprojetos preliminares e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

7. Levantamento de mercado

Diversas empresas do ramo pertinente podem executar o objeto deste estudo preliminar. Foram analisadas contratações similares feitas por outras entidades, por meio de consulta aos respectivos sistemas de gestão dos órgãos fiscalizadores, com o intuito de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração e as identificadas, quando possível e consideradas viáveis, foram incorporadas na contratação em análise.

Constatou-se, inclusive, que para a realização de despesas semelhantes ao objeto do presente estudo técnico, diversas entidades públicas efetivam a contratação de forma análoga à que se pretende adotar pela Administração, cumprindo as regras e exigências legais e normativas.

8. Justificativa da escolha do tipo de solução a contratar

A solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional, é a pretensa: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS - PB, CONTRATO DE REPASSE Nº 990980/2025/MCIDADES/CAIXA. Salienta-se que a vigência da contratação será determinada: 10 (dez) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

Nesse mesmo diapasão, sopesadas as possibilidades previstas no Art. 44, da Lei 14.133/21, quando houver, observados os aspectos da demanda requerida, e após considerados os custos e os benefícios de cada opção prevista no referido diploma legal, indica-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração, a contratação do objeto detalhado no presente instrumento, da forma como se apresenta.

9. Estimativas preliminares dos preços

Nos termos da norma vigente o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. Informamos que, relativamente ao procedimento em tela, existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, conforme consulta prévia efetuada ao setor responsável.

Na pretensa contratação o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI de referência e dos Encargos Sociais - ES cabíveis, foi definido por meio da utilização do seguinte parâmetro: utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso.

Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetro na forma estabelecida no Art. 23, § 2º, da Lei 14.133/21, relacionamos abaixo o preço de referência considerado satisfatório.

A estimativa preliminar total a ser considerada é equivalente a R\$ 857.584,14.

10. Descrição da solução como um todo

Conforme os elementos apresentados, a solução é: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS - PB, CONTRATO DE REPASSE Nº 990980/2025/MCIDADES/CAIXA. Entende-se que a obra poderá ser realizada por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

11. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

De acordo com a legislação vigente, é obrigatório o parcelamento quando o objeto da contratação tiver natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto a ser licitado. Compras, obras ou serviços efetuados pela Administração serão divididos em tantos itens, parcelas e etapas que se comprovem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se a licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, sem prejuízo da economia de escala. A norma ainda permite cotação de quantidade inferior à demandada no certame, com vistas à ampliação da competitividade, podendo o ato convocatório fixar quantitativo mínimo. Nesse sentido, o competente processo licitatório a ser deflagrado para efetivação da presente contratação será realizado em um único item, conforme as características e especificações constantes da tabela acima destacada.

Considerados os aspectos e as características da solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, acima detalhada e, ainda, as particularidades e a dinâmica das atividades a serem desenvolvidas, entende-se que sobre o objeto da presente contratação não deve incidir outra possibilidade de parcelamento, mesmo no modo formal, não permitindo cotação de quantidade inferior à demandada no ato convocatório, para evitar a ocorrência inviável, no contexto operacional, de mais de um certame ou adjudicatário por item e o consequente prejuízo da economia de escala. No entanto, poderá ser admitido o parcelamento na forma material, sendo permitida a participação de consórcio, nos termos da norma vigente, bem como ocorrer a autorização para a realização de subcontratação.

12. Resultados pretendidos

A Administração almeja com a contratação da pretensa solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, os seguintes resultados:

Em termos de economicidade, a efetivação da melhor contratação viável, especialmente quanto ao melhor custo benefício, relativamente a: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS - PB, CONTRATO DE REPASSE Nº 990980/2025/MCIDADES/CAIXA.

Com relação à eficácia, o atendimento de todas as demandas logísticas e funcionais, no suporte às atividades finalísticas da Administração, inerentes aos correspondentes serviços prestados de interesse público. Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação regular de tais serviços, com demanda notadamente crescente, e do uso racional dos recursos financeiros disponíveis.

Relativo ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, com a contratação em comento, da forma como se apresenta - consideradas as especificações, prazos, quantitativos e demais exigências devidamente definidas -, espera-se o regular cumprimento, por parte do interessado que venha a ser contratado, de todas as obrigações e compromissos assumidos, pois, desse modo, não haverá a necessidade de extinção contratual ou outras sanções em decorrência de inexecução do instrumento de ajuste pactuado, permitindo

ao contratante, em vez de envidar esforços para a realização de novo certame destinado a contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos, materiais e financeiros para outras atividades fins da Administração.

Entende-se que a correta execução do objeto da contratação em tela, cuja regularidade será fiscalizada pela Administração, não atenta quanto ao meio ambiente e, principalmente, não acarretará impactos ambientais negativos.

13.Providências para adequação do ambiente da Administração

Verificou-se não haver a necessidade iminente de providências no sentido de adequações físicas no ambiente da Administração em decorrência da execução do objeto da contratação.

14.Análise de risco

Não foram identificados riscos substanciais a fora os comuns a toda contratação semelhante, tais como: a inexecução total ou parcial do ajuste pactuado; o não cumprimento de obrigações, especificações, projetos e prazos; bem como a ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

Entende-se que as ações, de iniciativa da Administração, necessárias para reduzir a ocorrência dos riscos identificados, já estão previstas nos normativos aos quais a contratação da presente obra deverá estar devidamente fundamentada, representadas pelas sanções administrativas a serem definidas, observando-se os aspectos e características do seu objeto.

15.Requisitos específicos para a contratação

Observado o disposto na legislação pertinente, os aspectos e as características da despesa, bem como abordadas todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, entende-se que o certame a ser deflagrado deverá ainda contemplar requisitos específicos, compreendidos: o critério de julgamento definido de menor preço; a impossibilidade de participação da pessoa física; o caráter não sigiloso do orçamento estimado da contratação e a não permissão da participação de sociedades cooperativas.

Outros requisitos considerados determinantes - exigência de: prestação de garantia de proposta; qualificação técnico-profissional; qualificação técnico-operacional; e comprovação da aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes da futura contratação, aferida de forma objetiva, por índices econômicos previstos no instrumento convocatório.

Consideradas as características e propriedades do objeto desta contratação, entende-se pela impossibilidade de participação da pessoa física, quer pelos próprios atributos do objeto, quer pelos requisitos exigidos para habilitação dos interessados; haja vista que para a sua devida execução, poderão ser demandados recursos financeiros ou uma estrutura de equipamentos e instalações, ou até a pluralidade de profissionais, incompatíveis para uma pessoa física. Nesses termos, conclui-se que a capacidade de uma pessoa física de garantir a execução da contratação, observadas ainda a dinâmica do mercado e a legislação pertinente, é bem menor que a de uma empresa, representando um potencial prejuízo para a Administração.

Pela natureza do objeto desta contratação e, ainda, observado o modo como é usualmente executado no mercado em geral, entende-se presentes, de forma isolada ou simultânea, aspectos que desnaturam a atuação típica de uma cooperativa, seja pela própria natureza do objeto, seja a necessidade de subordinação jurídica entre o particular contratado e o obreiro, bem como de pessoalidade e habitualidade. Portanto, a participação de cooperativas potencializa a ocorrência de violação a princípios da licitação, como os da legalidade, economicidade e eficiência, expondo a Administração a vários riscos, dentre os quais o de enfrentar situações ambíguas e questionamentos legais, uma vez que as cooperativas possuem normas próprias das empresas tradicionais, afetando a segurança jurídica do certame; de ter que arcar com eventuais obrigações trabalhistas subsidiariamente; e a dificuldade de responsabilização e controle devido à natureza peculiar das cooperativas.

16.Conclusão

Com base nas especificações e requisitos da solução escolhida que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, bem como considerando os elementos obtidos nos estudos preliminares realizados, avalia-se viável a contratação pretendida.

Caraúbas - PB, 16 de Abril de 2026.

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Secretário de Obras Públicas e Serviços Urbanos



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

***PAVIMENTAÇÃO EM
PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM
DE RUAS NA ZONA URBANA DO
MUNICÍPIO DE CARAÚBAS - PB***

Prefeitura Municipal de Caraúbas - PB



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA
URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS - PB



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

INFORMAÇÕES GERAIS

- ❖ OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS – PB.
- ❖ PROGRAMA: APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO VOLTADO A IMPLANTACAO E QUALIFICACAO VIARIA;
- ❖ CONCEDENTE: MINISTERIO DAS CIDADES;
- ❖ CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE CARAÚBAS – PB;
- ❖ CONTRATO DE REPASSE: 990980/2025/MCIDADES/CAIXA;
- ❖ ENDEREÇO:
DISTRITO DE BARREIRAS, CARAÚBAS-PB.
- ❖ ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO: 5.967,18M².
- ❖ PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS – PB;
- ❖ DATA DO PROJETO: MARÇO/2026.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

APRESENTAÇÃO

O presente projeto visa a implantação de pavimentação a paralelepípedo pelo método convencional, meio-fio de concreto pré-moldado, calçada em concreto com rampas de acessibilidade, sinalização vertical e drenagem superficial, com o intuito de facilitar o trânsito de veículos e pedestres pelas artérias a serem beneficiadas, facilitando o acesso dos transeuntes que se deslocam nesta área.

A implantação da infraestrutura proposta trará conforto aos usuários, solucionando os problemas causados durante as chuvas com intenso lamaçal e, no período de seca com poeira, que tantos transtornos causam a coletividade, a correção desses problemas devolve à população as condições normais de tráfego e a retomada dos serviços que dependem de um bom acesso.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

INTRODUÇÃO

Os serviços contratados serão executados de acordo com este memorial, em caso de discrepância, os mesmos deverão seguir as normas da ABNT que regem o assunto.

A fiscalização da execução da obra será feita por servidores da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS – PB**, devidamente credenciados, designados junto à contratada, com autoridade para exercer em nome da Prefeitura, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços contratados.

Todos os materiais serão de primeira qualidade e como também fornecidos pelo construtor. Para o bom andamento da obra, a mão de obra a ser empregada será especializada, como também o construtor deverá manter na obra funcionários, encarregados, engenheiro responsável ou técnico qualificado a substituí-lo em sua ausência.

O construtor deverá acatar prontamente as exigências e observações da fiscalização, baseadas nas especificações, projeto e regras técnicas. Em caso de omissão ou dúvidas, no que for relativo à compreensão de desenhos ou nos memoriais descritivos e especificações técnicas caberá a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS – PB**, solicitar aos profissionais envolvidos em cada área técnica de projetos as soluções, tudo sempre de acordo com as normas e regulamentos ditados pela ABNT e pelas Leis/Decretos Municipais.

Será mantido pelo construtor serviço de vigilância contínuo, durante a execução e até a entrega definitiva da obra, cabendo-lhe a responsabilidade dos danos que possam ocorrer por negligência.

Serão impugnados pela fiscalização, todos os trabalhos que não satisfaçam as condições contratuais e que não estejam dentro das normas da ABNT que regem o assunto. Ficarão o construtor obrigado a demolir e refazer os trabalhos rejeitados, logo após o recebimento da ordem de serviços correspondente, ficando por sua exclusiva conta as despesas decorrentes desses serviços.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

A inobservância das especificações básicas e dos projetos implica na não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a empresa contratada refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

Nestas especificações, deve ficar perfeitamente claro que todos os casos de caracterização de materiais especificados que tenham necessidade de serem substituídos por outros equivalentes, só poderão ser feitos com a prévia autorização da fiscalização. No intuito de tomarem-se todas as precauções necessárias a evitar a ocorrência de acidentes na obra, informamos que, durante a execução dos trabalhos deverá ser rigorosamente observada as Norma Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especificamente a NR-18 Obras de Construção, Demolição e Reparos.

Todos os materiais aproveitáveis oriundos de demolições, substituições, retiradas e etc, ou remanescente de conclusão de obra como: tapumes, cercas, instalações, placas e etc, serão relacionados e com o visto da fiscalização encaminhados ao almoxarifado da Prefeitura, com o transporte por conta do construtor.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SOLUÇÃO PROPOSTA

O município dispõe de uma malha viária basicamente composta por pavimentação a paralelepípedo e, em alguns trechos com revestimento asfáltico em CBUQ e, algumas vias sem pavimentação, ou seja, em terra batida.

A solução para resolver os problemas causados pela falta da pavimentação e drenagem superficial das águas pluviais é, a implantação de uma infraestrutura capaz de atender aos anseios da população e usuários das vias públicas, no caso em tela adotamos a pavimentação pelo método convencional em paralelepípedo de pedra granítica ou calcária, com drenagem superficial pela linha d'água dos meios fios.

Os projetos geométricos foram concebidos de forma que aproveitássemos o máximo as declividades existentes conforme a topografia local, evitando assim grandes movimentações de terra.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.0 SERVIÇOS PRELIMINARES

Placa de obra

A placa deverá ser confeccionada em chapa plana, metálica, galvanizada ou de madeira compensada impermeabilizada, em material resistente às intempéries. As informações deverão ser pintadas a óleo ou esmalte. A instalação será feita com sarrafo 2,5x7cm e barroto 7,5x7,5cm separado a cada 2,00m. O barroto será chumbado com concreto magro 1:4,5:4,5 (cimento, areia e brita 1) em preparo mecânico em betoneira de 400l.

Locação de pavimentação

A locação e o nivelamento serão executados com o teodolito, nível ou estação total. Deverá ser executada a locação e o nivelamento da obra de acordo com a planta de situação. Deverão ser aferidas as dimensões, os alinhamentos, os ângulos e de quaisquer outras indicações constantes no projeto com as reais condições encontradas no local. A ocorrência de erros na locação da obra projetada implicaria, para o executante, obrigação de proceder por sua conta e nos prazos contratuais, às modificações, demolições e reposições que se tornarem necessárias, a juízo da fiscalização, ficando, além disso, sujeito as sanções, multas e penalidades aplicáveis em cada caso particular, de acordo com o contrato e o presente caderno de Encargos.

Os serviços de desmatamento, destocamento e limpeza consistem no conjunto de operações destinadas à remoção das obstruções naturais ou artificiais existentes nas áreas de implantação da obra, áreas de empréstimo e áreas de ocorrência de material. Desmatamento e destocamento consistem no corte e remoção de toda vegetação (árvores, arbustos, coqueiros) de qualquer densidade ou tipo. Consideram-se como Limpeza as operações de escavação e remoção total dos tocos e raízes, da camada de solo orgânico, de entulho, matações ou de qualquer outro material considerado prejudicial, na profundidade necessária até o nível do terreno considerado apto para terraplenagem.

Terminologia



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

Empréstimo: Área indicada ou selecionada para a obtenção de solos a utilizar na implantação da obra.

Ocorrência de Material ou Jazida: Área indicada para a obtenção de solos ou rocha a utilizar na execução das camadas do pavimento.

Método Executivo: As operações de desmatamento, destocamento e limpeza se darão dentro das faixas de serviço das obras ou dos limites estabelecidos para os empréstimos ou jazidas. As operações serão executadas na área mínima compreendida entre as estacas de amarração, “off sets”, com o acréscimo de 2 (dois) metros para cada lado. No caso de empréstimo ou jazida, a área será a indispensável a sua exploração. Serão removidos todos os tocos e raízes bem como toda a camada de solo orgânico e outros materiais indesejáveis que ocorram até o nível do terreno considerado apto para terraplenagem. A profundidade será definida pela Fiscalização.

A via a ser pavimentada já possui revestimento de solo silto-arenoso sobre o terrenonatural constituído por material arenoso. O conjunto apresenta capacidade de suporte suficiente para atendimento às cargas atuantes. Nos poucos locais onde for necessário, o solo adicional deverá ser de qualidade igual ou melhor que o existente (A-2-4 HRB), aplicado com umedecimento, espalhamento e compactação, a partir da utilização de equipamentos adequados. A liberação da regularização será feita visualmente pelo Engenheiro Fiscal da obra.

Demolição de concreto simples

Todas as calçadas que interferirem na acessibilidade serão demolidas com forme indicadas em planta, seguindo à risca o projeto topográfico e orçamento anexo.

2.0 TERRAPLENAGEM

Regularização e compactação do subleito

A regularização do subleito será realizada nas áreas a serem pavimentadas, uma vez concluídos os serviços de terraplanagem. A regularização é a operação destinada a



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

conformar o leito da área transversal e longitudinalmente, compreendendo cortes ou aterros com até 20 cm de espessura. Será executada de acordo com os perfis transversais e longitudinais indicados no projeto, prévia e independentemente da construção de outra camada do pavimento. Serão removidas, previamente, toda a vegetação e matéria orgânica porventura existentes na área a ser regularizada.

Após a execução de cortes, aterros e adição do material necessário para atingir o greide de projeto, será precedida a escarificação geral, na profundidade de 20 cm, seguida de pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento. No caso de material não aproveitável para subleito, antes da regularização, deverá ser executado o rebaixamento na profundidade estabelecida em projeto e a posterior substituição do material indicado.

3.0 PAVIMENTAÇÃO

Trata-se da execução ou recomposição de pavimento, do tipo articulado, adequado para estacionamentos, vias de tráfego leve e preferencialmente urbanos, constituído por paralelepípedos graníticos ou peças pré-moldadas de concreto, colocadas justapostas, rejuntadas com calda ou argamassa de cimento, ou com cimento asfáltico.

Material

Areia Média ou Grossa:

A areia com essa granulometria será destinada à execução do colchão para apoio dos paralelepípedos e das peças pré-moldadas de concreto.

Paralelepípedos:

Prismas graníticos em formato de paralelepípedo regular.

Método Executivo:

Subleito

O subleito deverá ser regularizado segundo o projeto e baseado nas especificações pertinentes. Se necessário, deverá ser compactado e reforçado.

Sub-base



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

Quando prevista, será executada de acordo com as especificações pertinentes, devendo manter sua conformação geométrica até o assentamento dos paralelepípedos e das peças pré-moldadas.

Para melhor desempenho do pavimento sugere-se que o material da sub-base seja coesivo ou que se utilize brita graduada de granulometria fechada. A espessura da sub-base deverá ser definida em projeto, não podendo, entretanto, ser inferior a 15 cm.

Execução de camada ou colchão de areia

Consiste no espalhamento de uma camada de areia média ou grossa, sobre base ou sub-base existentes. Suas principais funções são permitir um adequado nivelamento do pavimento que será executado e distribuir uniformemente os esforços transmitidos à camada subjacente. A espessura do colchão variará de 5 a 10 cm, sendo prevista em projeto conforme as características de utilização da via. Areia grossa, definida pela TE-1/1.965 da ABNT, é aquela cujos grãos têm diâmetro máximo compreendido entre 2,00 e 4,80 mm.

Distribuição dos paralelepípedos e peças pré-moldadas

Os blocos ou peças deverão ser empilhados, de preferência, à margem da pista. Não sendo possível utilizar as áreas laterais para depósito, serão empilhados na própria pista, tendo-se o cuidado de deixar livres as faixas destinadas à colocação das linhas de referência para o assentamento.

Assentamento

Os paralelepípedos ou peças deverão ser assentados em fiadas, perpendiculares ao eixo da via, ficando a maior dimensão na direção da fiada, ou de acordo com o projeto. O acabamento deverá estar de acordo com as tolerâncias estabelecidas no projeto. As faces mais uniformes dos paralelepípedos deverão ficar voltadas para cima. Caso o projeto seja omissivo, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

Juntas

As juntas deverão ser alternadas com relação às duas fiadas vizinhas, de tal modo que cada junta fique, no máximo, dentro do terço médio do paralelepípedo ou peça vizinha.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

Revestimento

Sobre a sub-base devidamente preparada com valor de CBR de no mínimo 20%, deve ser espalhada uma camada de areia com características já definidas anteriormente, numa espessura entre 7,0 a 10,0cm, destinada a compensar as irregularidades e não uniformidade dos tamanhos dos paralelepípedos. Em seguida, devem ser assentados os paralelepípedos com as faces de uso para cima.

Logo após espalhar o colchão e areia, deve-se espalhar os paralelepípedos ao longo do subleito, em fileiras longitudinais espaçadas para facilitar a localização das linhas de referências para o assentamento. Inicia-se o assentamento pelas sarjetas de forma que deverão ter 20cm de largura e inclinação transversal e longitudinal de 2 a 5%, conforme o projeto. A linha d'água deverá ter um rebaixamento de duas fiadas de paralelo (5cm) e serem rejuntadas com argamassa de cimento e areia no traço 1:3. Para o melhor alinhamento da linha d'água a 1ª fila de paralelepípedos adjacentes aos paralelos rebaixados, deve ficar alinhada. Os paralelepípedos das sarjetas deverão possuir a maior dimensão no sentido longitudinal das vias. Nas esquinas, as sarjetas deverão prosseguir, atravessando as ruas de modo a permitir a continuidade do fluxo as águas da chuva.

Realizados os serviços para assentamento dos paralelepípedos das sarjetas, os paralelepípedos das vias propriamente ditas deverão ser assentados de forma que a inclinação no sentido transversal seja de 5% a partir do eixo da rua para as laterais e a declividade no sentido longitudinal deverá ser no mínimo de 2%.

Abaixo temos ilustrações de diversas situações de assentamento de paralelepípedo, os quais devem ser obedecidos pela execução.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

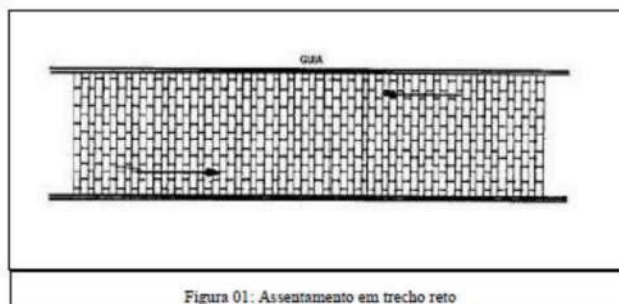


Figura 01: Assentamento em trecho reto

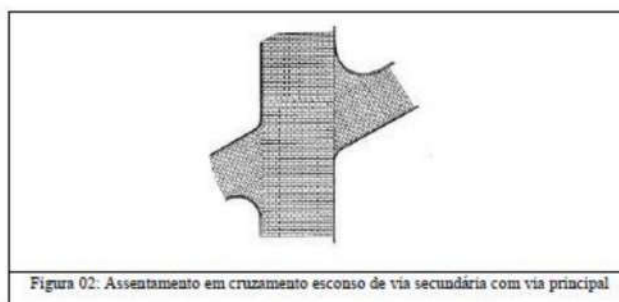


Figura 02: Assentamento em cruzamento esconso de via secundária com via principal

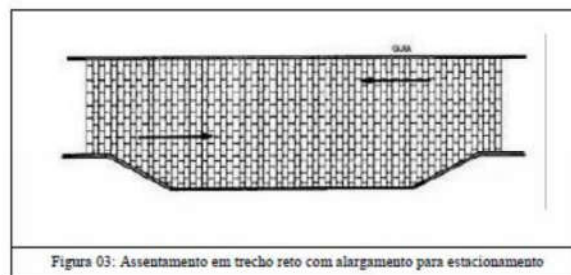


Figura 03: Assentamento em trecho reto com alargamento para estacionamento

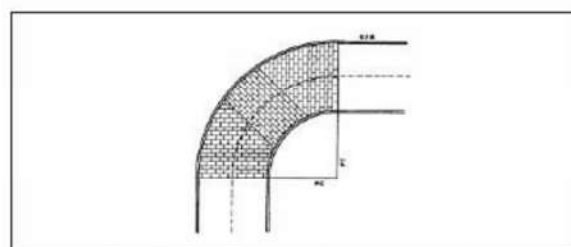


Figura 04: Assentamento em trecho curvo de pequeno raio

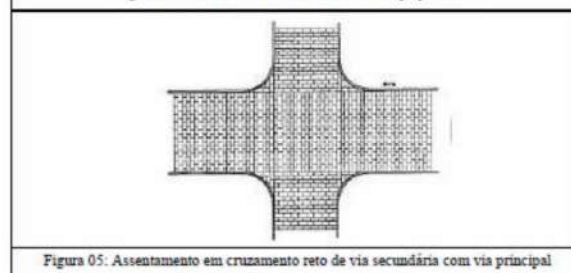


Figura 05: Assentamento em cruzamento reto de via secundária com via principal



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

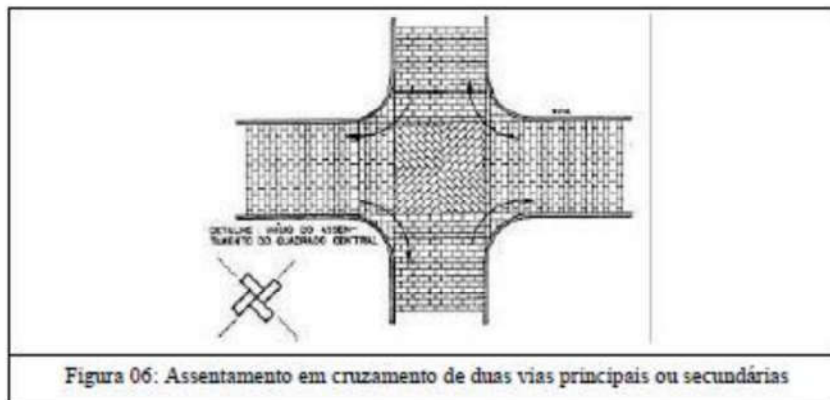


Figura 06: Assentamento em cruzamento de duas vias principais ou secundárias

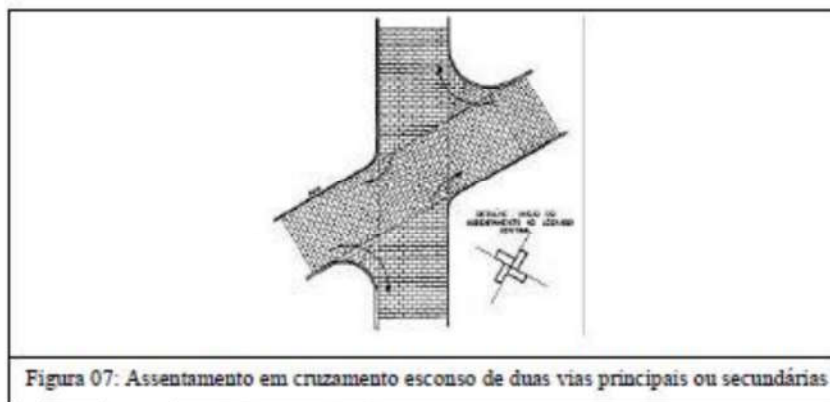


Figura 07: Assentamento em cruzamento esconso de duas vias principais ou secundárias

Compactação mecanizada

Concluído o assentamento deverá ser feita a compactação mecanizada como o auxílio de um Compactador de placas. Será executada do meio-fio para o centro da via. Qualquer irregularidade ou depressão que venha a surgir na ocasião da compactação deverá ser imediatamente corrigida para que seja restabelecido o nível normal.

Rejuntamento

Deverá ser executado “no caneco” em argamassa de cimento e areia grossa no traço 1:3, após o assentamento e compactação das pedras com a prévia varrição da superfície por ela definida. A varrição tem por finalidade a limpeza das juntas formadas



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

entre as pedras. A profundidade mínima das juntas será de 7,0 cm para que possa haver um perfeito rejuntamento das pedras;

Molhar as pedras antes do rejuntamento da argamassa, à medida que for sendo caldeado será exigida uma batção com malho a fim de proporcionar um melhor embrechamento das juntas e, conseqüentemente, uma melhor fixação das pedras. A argamassa utilizada no caldeamento deverá atingir uma coloração uniforme antes de ser molhada. Deverá ser rigorosamente bem traçada e executada fora da área a ser caldeada;

A qualidade das argamassas depende tanto das características dos componentes, como do preparo correto. A mistura das argamassas no local da obra exclusivamente em betoneira. Nos dois casos, é recomendável misturar apenas a quantidade suficiente para 01 (uma) hora de aplicação. Este cuidado evita que a argamassa endureça ou perca a plasticidade.

Paralelepípedos

Os paralelepípedos deverão ser originários de rochas graníticas de formato regular e atender os requisitos da EM-8 da ABNT no que se refere à natureza ou origem, à geométrica e às dimensões mínimas e máximas recomendáveis. As dimensões das pedras serão controladas por medições diretas com trena. Numa mesma fileira será tolerado, no máximo, 10% de pedras com qualquer das dimensões fora dos limites especificados em projeto.

Meio-fio/cinturões

O assentamento segue o mesmo processo do meio-fio (Guia) em concreto pré-fabricado, serão executados como cinturão de travamento no final da pavimentação travando o pavimento, devendo a face superior ficar no nível do pavimento acabado conforme demonstrado em projeto topográfico.

São limitadores físicos das plataformas das vias. Têm a função de proteger os bordos das faixas de rolamento dos efeitos da erosão causada pelo escoamento das águas precipitadas, que tendem a verter neste sentido devido à declividade transversal. Desta



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

forma os meios-fios têm a função de interceptar este fluxo, conduzindo os deflúvios para pontos previamente escolhidos para lançamento.

Os meios-fios serão assentados e alinhados ao longo da pista de rolamento. Serão de concreto pré-moldado, preferencialmente com comprimento mínimo de 1,0 m. Os meios-fios deverão ter suas faces aparentes sem falhas ou depressões. Quando curvos, os meios-fios deverão obedecer aos raios de curva projetada.

A face livre deverá ficar aproximadamente vertical ao meio-fio, constituindo o ressalto, com 15 cm de altura exposta. O piso superior do meio-fio deverá ter no mínimo 10 cm de largura. Os meios fios serão rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

Guia reta: peça prismática de granito ou outra rocha de resistência equivalente, de seção retangular ou destinada a limitar a pista pavimentada, proteger o calçamento e evitar deslocamentos dos paralelepípedos, assim como proteger os passeios. Tem, em geral, comprimento máximo de 80 cm por 10 a 15 cm de largura e 40 cm de altura. Nas curvas usam-se guias retas de menor comprimento.

Meio-fio: é o conjunto de guias assentadas e alinhadas ao longo das bordas da pista. Deverá ser aberta uma vala para assentamento das guias ao longo da borda do subleito preparado, obedecendo ao alinhamento, perfil e dimensões estabelecidas no projeto. O fundo da vala deverá ser regularizado e apiloado. Para corrigir o recalque produzido pelo apiloamento, será colocada no fundo da vala uma camada do próprio material escavado que será, por sua vez, apiloado.

Com a função de proteger os bordos do pavimento ou amarrar determinadas seções, serão implantados cinturões de travamento a cada 20,00m em algumas ruas, conforme memória de cálculo, devido à grande inclinação da pista de rolamento. O piso dos cordões ficará na mesma cota do revestimento adjacente.

As guias serão assentadas com a face que não apresente falhas nem depressões para cima de tal forma que assuma o alinhamento e o nível do projeto. Em pontos definidos em projeto, as guias serão rebaixadas para execução de rampas de acesso, em atendimento aos parâmetros de acessibilidade estatuídos pela norma NBR 9050/2004 da ABNT.

As juntas serão tomadas com argamassa de cimento e areia com a dosagem de 1:3 em volume. O material escavado das valas deverá ser repostado ao lado das guias e apiloado



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

logo que fique concluído o assentamento das mesmas. O alinhamento e perfil do meio-fio serão verificados antes do início do calçamento. Não deverá haver desvios superiores a 2 cm em relação ao alinhamento e perfil estabelecidos, ao nível desejado. O espelho deve conter dimensões que variem de 13 a 15 cm em todo o trecho.

Calçadas

Serão executadas em concreto não estrutural moldado in loco no traço 1:3:5 (cimento:areia:brita), $F_{ck} = 12 \text{ Mpa}$, Com espessura de 7 cm, preparo manual.

Rampas de Acessibilidade

As rampas terão pisos táteis direcionais e de alerta (ladrilhos) dispostos na rampa de acordo com projeto em ANEXO. Os pisos táteis serão em blocos de concreto pré-moldado (ladrilho) e obedecerá ao dimensionamento do projeto específico.

Alvenaria de contenção

Em todos os perímetros do passeio serão executadas alvenarias de contenção em tijolo cerâmico furado $9 \times 19 \times 19 \text{ cm}$, 1 vez (espessura 19 cm), assentado em argamassa traco 1:4 (cimento e areia média não peneirada).

Aterro para os passeios

Em todos os perímetros do passeio serão executados aterro manual com solo argilo-arenoso e compactação mecanizada.

Caiação de meio-fio

Todo o meio-fio deverá ser pintado (pintura à base de cal). Não serão aceitos partes com pinturas incompletas e/ou com falhas.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

4.0 SINALIZAÇÃO VIÁRIA

Sinalização vertical

Será constituída por dispositivos montados sobre suportes, no plano vertical, por meio dos quais são fornecidas mensagens de caráter permanente e eventualmente variáveis, através de legendas ou símbolos, com o propósito de advertir, indicar ou regulamentar o uso das vias pelos veículos e pedestres da forma mais segura e eficiente, visando o conforto e segurança do usuário e melhor fluxo do tráfego. Inicialmente será feita a marcação da localização dos dispositivos a serem implantados, de acordo com o projeto de sinalização. Após isso, deverá ser escavado uma pequena área para fixação do suporte no terreno. A fixação das placas aos suportes será através de parafusos galvanizados, porcas e contra-porcas.

A implantação da placa deverá ser feita de forma que os suportes fixados mantenham rigidez e posição permanente e apropriada, evitando que balancem, girem ou sejam deslocados. Serão postas placas de sinalização vertical nos locais indicados em projeto.

Placa de identificação da rua

Deverá ser providenciada placa de identificação para todas as ruas. Terão dimensões de 45x25cm e colocadas em local de fácil visualização. Serão em chapa esmaltada.

João Marcos de Souza
Setor de Engenharia - Responsável
CREA-PB: 161700815-0

NERIVAN ALVARES DE LIMA
Prefeito Constitucional
Prefeitura Municipal de Caraúbas



Usuário: JOAO MARCOS DE SOUZA
CPF: 071.144.504-43

Cadastramento	Programas	Propostas	Execução
Inf. Gerenciais	Cadastros	Acomp. e Fiscalização	Prestação de Contas
Administração	TCE	Verificação de Regularidade	

Acesso à Informação

Sair do Sistema
15/04/2026 23:11 - v.3.10.14-b24766721

Projeto Básico / Termo de Referência

56000 - MINISTERIO DAS CIDADES

: Instrumento 990980

DOCUMENTOS ORÇAMENTÁRIOS

01.612.638/0001-46 - MUNICIPIO DE CARAUBAS

Voltar

Versão:

Dados Básicos Anexos Responsável Técnico Documentação Complementar QCI PO/CFF LAE SPA

Quadro Resumo

VOLTAR

Dados Gerais Eventos Frentes de Obra PO PLQ CFF

Submeta: * Total Submeta (QCI): Total Submeta (PO):
1.1 - PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO E DRENAGEM DE RUAS | R\$ 857.584,14 R\$ 857.584,14

Previsão Início da Obra: * Duração da Obra (meses): * O acompanhamento da execução da obra será por eventos.
06/2026 6

Data Base: * Desonerado: * Localidade: *
09/2025 Sim PB

Integração de Dados via API

Ao escolher a opção abaixo é habilitada a possibilidade de recebimento via API dos dados referente as Abas Frente de Obras, Eventos (quando acompanhando por eventos), PO (Planilha Orçamentária) e CFF (Cronograma Físico-Financeiro). Para maiores informações, favor clicar no botão interrogação ao lado.

Receber dados da PO/CFF via API?

Integração de Dados via Importação de Arquivo

A integração de dados via importação de arquivos possibilita o recebimento de arquivos no formato xls ouxlsx. Os dados recebidos são referentes as Abas Frente de Obras, Eventos (quando acompanhando por eventos), PO (Planilha Orçamentária) e CFF (Cronograma Físico-Financeiro). Para maiores informações, favor clicar no botão interrogação ao lado.

IMPORTAR PO/CFF

EXPORTAR PO/CFF

Responsável Técnico PO

ART/RRT	CPF	Nome	Atividade
PB20260802091	071.144.504-43	João Marcos De Souza	Engenharia

Responsável Técnico CFF

CPF	Nome	Atividade
071.144.504-43	João Marcos De Souza	Engenharia



Usuário: JOAO MARCOS DE SOUZA
CPF: 071.144.504-43

[Sair do Sistema](#)

15/04/2026 23:11 - v.3.10.14-b24766721

Cadastramento	Programas	Propostas
Execução	Inf. Gerenciais	Cadastros
Acomp. e Fiscalização	Prestação de Contas	Administração
TCE	Verificação de Regularidade	

Projeto Básico / Termo de Referência

56000 - MINISTERIO DAS CIDADES

: Instrumento 990980

DOCUMENTOS ORÇAMENTÁRIOS

[Voltar](#)

01.612.638/0001-46 - MUNICIPIO DE CARAUBAS

Versão:

Dados Básicos

Anexos

Responsável Técnico

Documentação Complementar

QCI

PO/CFF

LAE

SPA

Quadro Resumo

[VOLTAR](#)

Dados Gerais

Eventos

Frentes de Obra

PO

PLQ

CFF

Frentes de Obra

Número da Frente de Obra	Frente de Obra
1	RUA PROJETADA 07
2	RUA PROJETADA 05
3	RUA PROJETADA 06
4	RUA PROJETADA 09
5	RUA PROJETADA 01 (TRECHO 01)
6	RUA PROJETADA 01 (TRECHO 02)
7	RUA PROJETADA 01 (TRECHO 03)



OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS - PB	LOCAL: DIVERSAS LOCALIDADES	DATA DA EMISSÃO: 03/2026
PROGRAMA: APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO VOLTADO A IMPLANTACAO E QUALIFICACAO VIARIA		
CONCEDENTE: MINISTERIO DAS CIDADES	CONVENENTE: MUNICÍPIO DE CARAÚBAS - PB	
CONTRATO DE REPASSE: 990980/2025/MCIDADES/CAIXA	REPASSE: R\$ 779.727,00	CONTRAPARTIDA: R\$ 77.857,14

RESUMO ORÇAMENTÁRIO GERAL

ITEM	DESCRIÇÃO	BAIRRO	TOTAIS	%
1.1	RUA PROJETADA 01	CENTRO	R\$ 558.919,09	65,17%
1.2	RUA PROJETADA 05	CENTRO	R\$ 44.890,44	5,23%
1.3	RUA PROJETADA 06	CENTRO	R\$ 127.641,17	14,88%
1.4	RUA PROJETADA 07	CENTRO	R\$ 102.294,93	11,93%
1.5	RUA PROJETADA 09	CENTRO	R\$ 23.838,52	2,78%
TOTAIS SIMPLES			R\$ 857.584,14	100,00%

ORÇAMENTO IMPORTA EM OITOCENTOS E CINQUENTA E SETE MIL E QUINHENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E QUATORZE CENTAVOS

João Marcos de Souza
Setor de Engenharia - Responsável
CREA - PB: 161700815-0



Usuário: JOAO MARCOS DE SOUZA
CPF: 071.144.504-43

Sair do Sistema

15/04/2026 23:11 - v.3.10.14-b24766721

Cadastramento	Programas	Propostas
Execução	Inf. Gerenciais	Cadastros
Acomp. e Fiscalização	Prestação de Contas	Administração
TCE	Verificação de Regularidade	

Projeto Básico / Termo de Referência

56000 - MINISTERIO DAS CIDADES

: Instrumento 990980

DOCUMENTOS ORÇAMENTÁRIOS

[Voltar](#)

01.612.638/0001-46 - MUNICIPIO DE CARAUBAS

Versão:

Dados Básicos Anexos Responsável Técnico Documentação Complementar QCI **PO/CFF**

LAE SPA **Quadro Resumo**

[VOLTAR](#)

Dados Gerais Eventos Frentes de Obra **PO** PLQ CFF

Planilha Orçamentária

Item	Fonte	Macrosserviço / Serviço	Qtd.	Und.	Custo Referência	Custo Unitário	BDI	Preço Unitário	Preço Total
1	—	SERVIÇOS PRELIMINARES							R\$ 6.486,29
1.1	SINAPI - 103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	8,00	M2	R\$ 462,56	R\$ 462,56	24,19 %	R\$ 574,45	R\$ 4.595,60
1.2	Composição - CPU02	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO.	563,67	M	R\$ 0,44	R\$ 0,44	24,19 %	R\$ 0,55	R\$ 310,01
1.3	Outros - 03.999.13	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES	5,49	M3	R\$ 231,84	R\$ 231,84	24,19 %	R\$ 287,92	R\$ 1.580,68
2	—	TERRAPLENAGEM							R\$ 4.441,93
2.1	SINAPI - 100575	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES COM MOTONIVELADORA. AF_09/2024	6.345,61	M2	R\$ 0,56	R\$ 0,56	24,19 %	R\$ 0,70	R\$ 4.441,93
3	—	PAVIMENTAÇÃO							R\$ 841.578,15
3.1	SINAPI - 101169	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM	5.967,18	M2	R\$ 85,58	R\$ 85,58	24,19 %	R\$ 106,28	R\$ 634.191,89
Total:									R\$ 857.584,14
Valor não utilizado (QCI):									R\$ 0,00

Item	Fonte	Macrosserviço / Serviço	Qtd.	Und.	Custo Referência	Custo Unitário	BDI	Preço Unitário	Preço Total
		PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020							
3.2	Outros - 04.910.02	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE MEIO FIO EM PEDRA GRANÍTICA, DIMENSÕES 100X15X13X20 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA)	293,39	M	R\$ 37,05	R\$ 37,05	24,19 %	R\$ 46,01	R\$ 13.498,87
3.3	Outros - 04.910.05	MEIO FIO DE CONCRETO TIPO MFC-05, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS	1.241,60	M	R\$ 24,49	R\$ 24,49	24,19 %	R\$ 30,41	R\$ 37.757,05
3.4	SINAPI - 94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	73,73	M3	R\$ 759,19	R\$ 759,19	24,19 %	R\$ 942,84	R\$ 69.515,59
3.5	Composição - CPU03	RAMPA DE ACESSIBILIDADE (PASSEIO 1,20M) CONFORME PROJETO	30,00	UN	R\$ 668,99	R\$ 668,99	24,19 %	R\$ 830,82	R\$ 24.924,60
3.6	Composição - CPU04	ALVENARIA DE CONTENÇÃO EM TIJOLO CERAMICO FURADO 9X19X19CM, 1 VEZ (ESPESSURA 19 CM), ASSENTADO EM ARGAMASSA TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA MEDIA NAO PENEIRADA), PREPARO MANUAL, JUNTA 1 CM. INC_11/2016	298,72	M2	R\$ 103,03	R\$ 103,03	24,19 %	R\$ 127,95	R\$ 38.221,22
Total:									R\$ 857.584,14
Valor não utilizado (QCI):									R\$ 0,00

Item	Fonte	Macrosserviço / Serviço	Qtd.	Und.	Custo Referência	Custo Unitário	BDI	Preço Unitário	Preço Total
3.7	SINAPI - 94319	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILO-ARENOSO. AF_08/2023	220,80	M3	R\$ 77,30	R\$ 77,30	24,19 %	R\$ 96,00	R\$ 21.196,80
3.8	SINAPI - 102498	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO). AF_05/2021	1.241,60	M	R\$ 1,47	R\$ 1,47	24,19 %	R\$ 1,83	R\$ 2.272,13
4	—	SINALIZAÇÃO VIÁRIA							R\$ 5.077,77
4.1	Outros - 06.200.00(B)	SINALIZAÇÃO VERTICAL, C CHAPAS PLANAS DE AÇO ZINCADO Nº16 CONFORMIDADE C NORMA ABNT NBR 11904:2015, SUPORTE DE FIXAÇÃO EM CANO DE AÇO GALVANIZADO COM D=2x1/2" COM FIXAÇÃO, PARAFUSOS, ARRUELAS, PORCAS E ELEMENTOS METALICOS GALVANIZADOS, PELICULAS RETO REFLETIVA TIPO III A, EM ACORDO NORMA NBR 14644/2013	4,72	M2	R\$ 717,18	R\$ 717,18	24,19 %	R\$ 890,67	R\$ 4.203,97
4.2	Composição - CPU05	PLACA DE ACO ESMALTADA PARA IDENTIFICACAO DE RUA, *45 CM X 20* CM	5,00	UN	R\$ 140,72	R\$ 140,72	24,19 %	R\$ 174,76	R\$ 873,80
Total:									R\$ 857.584,14
Valor não utilizado (QCI):									R\$ 0,00



OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS - PB		DATA DA EMISSÃO: 03/2026		TABELA DE REF.: SINAPI 09/2025	BDI =
LOCAL: DIVERSAS LOCALIDADES	TIPO DE OBRA: CONSTRUÇÃO	REPASSE:	RS 779.727,00	DESONERADO, DER-PB (07 a 09_2025), P.M.C	24,19%
CONTRATO DE REPASSE: 990980/2025/MCIDADES/CAIXA		CONTRAPARTIDA:	RS 77.857,14	ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS: 91,01% (HORAS), 51,84% (MÊS)	

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA							RUA PROJETADA 01		
-----------------------	--	--	--	--	--	--	------------------	--	--

ITENS	FONTES	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO UNIT C/ BDI (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	(%) FINANCEIRO
1.0			SERVIÇOS PRELIMINARES					698,83	0,13%
1.1	P.M.C.	CPU02	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO.	m	317,86	0,44	0,55	174,82	
1.2	DER-PB	03.999.13	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES	m²	1,82	231,84	287,92	524,01	
2.0			TERRAPLENAGEM					2.649,26	0,47%
2.1	SINAPI	100.575,00	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES COM MOTONIVELADORA. AF 09/2024	m²	3.784,67	0,56	0,70	2.649,26	
3.0			PAVIMENTAÇÃO					554.345,21	99,18%
3.1	SINAPI	101169	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1-3 (CIMENTO E AREIA). AF 05/2020	#REF!	3.940,56	85,58	106,28	418.802,71	
3.2	DER-PB	04.910.02	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE MEIO FIO EM PEDRA GRANÍTICA, DIMENSÕES 100X15X13X20 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA)	#REF!	173,71	37,05	46,01	7.992,39	
3.3	DER-PB	04.910.05	MEIO FIO DE CONCRETO TIPO MFC-05, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA) PARA VIAS URBANAS	#REF!	808,67	24,49	30,41	24.591,65	
3.4	SINAPI	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF 08/2022	#REF!	49,35	759,19	942,84	46.529,15	
3.5	P.M.C.	CPU03	RAMPA DE ACESSIBILIDADE (PASSEIO 1,20M) CONFORME PROJETO	#REF!	18,00	668,99	830,82	14.954,76	
3.6	P.M.C.	CPU04	ALVENARIA DE CONTENÇÃO EM TUILO CERÂMICO FURADO 9X19X19CM, 1 VEZ (ESPESSURA 19 CM), ASSENTADO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA MEDIA NAO PENEIRADA) PREPARO MANUAL, JUNTA 1 CM. INC 11/2016	#REF!	208,41	103,03	127,95	26.666,05	
3.7	SINAPI	94319	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILO-ARENOSO. AF 08/2023	#REF!	138,84	77,30	96,00	13.328,64	
3.8	SINAPI	102498	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIACÃO). AF 05/2021	#REF!	808,67	1,47	1,83	1.479,86	
4.0			SINALIZAÇÃO VIÁRIA					1.225,75	0,22%
4.1	DER-PB	06.200.00(B)	SINALIZAÇÃO VERTICAL, C CHAPAS PLANAS DE AÇO ZINCADO Nº16 CONFORMIDADE C NORMA ABNT NBR 11904:2015, SUPORTE DE FIXAÇÃO EM CANO DE AÇO GALVANIZADO COM D=2x1/2" COM FIXAÇÃO, PARAFUSOS, ARRUELAS, PORCAS E ELEMENTOS METÁLICOS GALVANIZADOS, PELÍCULAS RETO REFLETIVA TIPO III A. EM ACORDO NORMA NBR 14644/2013.	#REF!	1,18	717,18	890,67	1.050,99	
4.2	P.M.C.	CPU05	PLACA DE AÇO ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO DE RUA, *45 CM X 20" CM	#REF!	1,00	140,72	174,76	174,76	
TOTAL GERAL DA OBRA:								RS 558.919,09	

OBSERVAÇÕES:
1. FÓRMULA APLICADA: =TRUNCAR(A*B;2)
2. HAVENDO DIVERGÊNCIAS ENTRE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, ESPECIFICAÇÕES E/OU MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS PROJETOS GRÁFICOS, PREVALECERÁ A PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.



OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS - PB		DATA DA EMISSÃO: 03/2026		TABELA DE REF.: SINAPI 09/2025 DESONERADO, DER-PB (07 a 09_2025), P.M.C	BDI =
LOCAL: DIVERSAS LOCALIDADES	TIPO DE OBRA: CONSTRUÇÃO	REPASSE:	RS 779.727,00		24,19%
CONTRATO DE REPASSE: 990980/2025/MCIDADES/CAIXA		CONTRAPARTIDA:	RS 77.857,14	ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS: 91,01% (HORAS), 51,84% (MÊS)	

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA								RUA PROJETADA 05	
-----------------------	--	--	--	--	--	--	--	------------------	--

ITENS	FONTES	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO UNIT C/ BDI (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	(%) FINANCEIRO
1.0			SERVIÇOS PRELIMINARES					576,89	1,29%
1.1	P.M.C.	CPU02	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO.	m	38,57	0,44	0,55	21,21	
1.2	DER-PB	03.999.13	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES	m³	1,93	231,84	287,92	555,68	
2.0			TERRAPLENAGEM					260,82	0,58%
2.1	SINAPI	100.575.00	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES COM MOTONIVELADORA. AF 09/2024	m²	372,60	0,56	0,70	260,82	
3.0			PAVIMENTAÇÃO					42.826,95	95,40%
3.1	SINAPI	101169	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF 05/2020	m²	267,47	85,58	106,28	28.426,71	
3.2	DER-PB	04.910.02	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE MEIO FIO EM PEDRA GRANÍTICA, DIMENSÕES 100X15X13X20 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA)	m	21,00	37,05	46,01	966,21	
3.3	DER-PB	04.910.05	MEIO FIO DE CONCRETO TIPO MFC-05, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA) PARA VIAS URBANAS	m	82,46	24,49	30,41	2.507,60	
3.4	SINAPI	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF 08/2022	m³	5,16	759,19	942,84	4.865,05	
3.5	P.M.C.	CPU03	RAMPA DE ACESSIBILIDADE (PASSEIO 1,20M) CONFORME PROJETO	und	2,00	668,99	830,82	1.661,64	
3.6	P.M.C.	CPU04	ALVENARIA DE CONTENÇÃO EM TUILO CERÂMICO FURADO 9X19X19CM, 1 VEZ (ESPESSURA 19 CM), ASSENTADO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA MEDIA NAO PENEIRADA) PREPARO MANUAL, JUNTA 1 CM. INC 11/2016	m²	21,57	103,03	127,95	2.759,88	
3.7	SINAPI	94319	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILO-ARENOSO. AF 08/2023	m³	15,51	77,30	96,00	1.488,96	
3.8	SINAPI	102498	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIACÃO). AF 05/2021	m	82,46	1,47	1,83	150,90	
4.0			SINALIZAÇÃO VIÁRIA					1.225,75	2,73%
4.1	DER-PB	06.200.00(B)	SINALIZAÇÃO VERTICAL, C CHAPAS PLANAS DE AÇO ZINCADO Nº16 CONFORMIDADE C NORMA ABNT NBR 11904:2015, SUPORTE DE FIXAÇÃO EM CANO DE AÇO GALVANIZADO COM D=2x1/2" COM FIXAÇÃO, PARAFUSOS, ARRUELAS, PORCAS E ELEMENTOS METÁLICOS GALVANIZADOS, PELÍCULAS RETO REFLETIVA TIPO III A. EM ACORDO NORMA NBR 14644/2013.	m²	1,18	717,18	890,67	1.050,99	
4.2	P.M.C.	CPU05	PLACA DE AÇO ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO DE RUA, *45 CM X 20" CM	und	1,00	140,72	174,76	174,76	
TOTAL GERAL DA OBRA:								RS 44.890,44	

OBSERVAÇÕES:									
1. FÓRMULA APLICADA: =TRUNCAR(A*B;2)									
2. HAVENDO DIVERGÊNCIAS ENTRE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, ESPECIFICAÇÕES E/OU MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS PROJETOS GRÁFICOS, PREVALECERÁ A PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.									



OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS - PB		DATA DA EMISSÃO: 03/2026		TABELA DE REF.: SINAPI 09/2025 DESONERADO, DER-PB (07 a 09_2025), P.M.C	BDI =
LOCAL: DIVERSAS LOCALIDADES	TIPO DE OBRA: CONSTRUÇÃO	REPASSE:	RS 779.727,00		24,19%
CONTRATO DE REPASSE: 990980/2025/MCIDADES/CAIXA		CONTRAPARTIDA:	RS 77.857,14	ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS: 91,01% (HORAS), 51,84% (MÊS)	

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA								RUA PROJETADA 06	
-----------------------	--	--	--	--	--	--	--	------------------	--

ITENS	FONTES	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO UNIT C/ BDI (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	(%) FINANCEIRO
1.0			SERVIÇOS PRELIMINARES					225,13	0,18%
1.1	P.M.C.	CPU02	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO.	m	90,00	0,44	0,55	49,50	
1.2	DER-PB	03.999.13	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES	m³	0,61	231,84	287,92	175,63	
2.0			TERRAPLENAGEM					801,50	0,63%
2.1	SINAPI	100.575.00	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES COM MOTONIVELADORA. AF 09/2024	m²	1.145,00	0,56	0,70	801,50	
3.0			PAVIMENTAÇÃO					124.863,26	97,82%
3.1	SINAPI	101169	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF 05/2020	m²	960,13	85,58	106,28	102.042,61	
3.2	DER-PB	04.910.02	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE MEIO FIO EM PEDRA GRANÍTICA, DIMENSÕES 100X15X13X20 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA)	m	59,70	37,05	46,01	2.746,79	
3.3	DER-PB	04.910.05	MEIO FIO DE CONCRETO TIPO MFC-05, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA) PARA VIAS URBANAS	m	147,86	24,49	30,41	4.496,42	
3.4	SINAPI	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF 08/2022	m³	7,03	759,19	942,84	6.628,16	
3.5	P.M.C.	CPU03	RAMPA DE ACESSIBILIDADE (PASSEIO 1,20M) CONFORME PROJETO	und	4,00	668,99	830,82	3.323,28	
3.6	P.M.C.	CPU04	ALVENARIA DE CONTENÇÃO EM TUILO CERÂMICO FURADO 9X19X19CM, 1 VEZ (ESPESSURA 19 CM), ASSENTADO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA MEDIA NAO PENEIRADA) PREPARO MANUAL, JUNTA 1 CM. INC 11/2016	m²	21,14	103,03	127,95	2.704,86	
3.7	SINAPI	94319	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILO-ARENOSO. AF 08/2023	m³	27,61	77,30	96,00	2.650,56	
3.8	SINAPI	102498	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIACÃO). AF 05/2021	m	147,86	1,47	1,83	270,58	
4.0			SINALIZAÇÃO VIÁRIA					1.751,24	1,37%
4.1	DER-PB	06.200.00(B)	SINALIZAÇÃO VERTICAL, C CHAPAS PLANAS DE AÇO ZINCADO Nº16 CONFORMIDADE C NORMA ABNT NBR 11904:2015, SUPORTE DE FIXAÇÃO EM CANO DE AÇO GALVANIZADO COM D=2x1/2" COM FIXAÇÃO, PARAFUSOS, ARRUELAS, PORCAS E ELEMENTOS METÁLICOS GALVANIZADOS, PELÍCULAS RETO REFLETIVA TIPO III A. EM ACORDO NORMA NBR 14644/2013	m²	1,77	717,18	890,67	1.576,48	
4.2	P.M.C.	CPU05	PLACA DE AÇO ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO DE RUA, *45 CM X 20" CM	und	1,00	140,72	174,76	174,76	
TOTAL GERAL DA OBRA:								RS 127.641,17	

OBSERVAÇÕES:									
1. FÓRMULA APLICADA: =TRUNCAR(A*B;2)									
2. HAVENDO DIVERGÊNCIAS ENTRE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, ESPECIFICAÇÕES E/OU MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS PROJETOS GRÁFICOS, PREVALECERÁ A PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.									



OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS - PB		DATA DA EMISSÃO: 03/2026		TABELA DE REF.: SINAPI 09/2025 DESONERADO, DER-PB (07 a 09_2025), P.M.C	BDI =
LOCAL: DIVERSAS LOCALIDADES	TIPO DE OBRA: CONSTRUÇÃO	REPASSE:	RS 779.727,00		24,19%
CONTRATO DE REPASSE: 990980/2025/MCIDADES/CAIXA		CONTRAPARTIDA:	RS 77.857,14	ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS: 91,01% (HORAS), 51,84% (MÊS)	

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA								RUA PROJETADA 07	
-----------------------	--	--	--	--	--	--	--	------------------	--

ITENS	FORTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO UNIT C/ BDI (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	(%) FINANCEIRO
1.0			SERVIÇOS PRELIMINARES					4.970,44	4,86%
1.1	SINAPI	103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	m²	8,00	462,56	574,45	4.595,60	
1.2	P.M.C.	CPU02	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO.	m	90,00	0,44	0,55	49,50	
1.3	DER-PB	03.999.13	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES	m³	1,13	231,84	287,92	325,34	
2.0			TERRAPLENAGEM					586,06	0,57%
2.1	SINAPI	100.575.00	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES COM MOTONIVELADORA. AF_09/2024	m²	837,23	0,56	0,70	586,06	
3.0			PAVIMENTAÇÃO					96.038,14	93,88%
3.1	SINAPI	101169	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020	m²	627,48	85,58	106,28	66.688,57	
3.2	DER-PB	04.910.02	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE MEIO FIO EM PEDRA GRANÍTICA, DIMENSÕES 100X15X13X20 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA)	m	21,00	37,05	46,01	966,21	
3.3	DER-PB	04.910.05	MEIO FIO DE CONCRETO TIPO MFC-05, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS	m	168,89	24,49	30,41	5.135,94	
3.4	SINAPI	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	m²	10,11	759,19	942,84	9.532,11	
3.5	P.M.C.	CPU03	RAMPA DE ACESSIBILIDADE (PASSEIO 1,20M) CONFORME PROJETO	und	6,00	668,99	830,82	4.984,92	
3.6	P.M.C.	CPU04	ALVENARIA DE CONTENÇÃO EM TÍPOLO CERÂMICO FURADO 9X19X19CM, 1 VEZ (ESPESSURA 19 CM), ASSENTADO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA MEDIA NAO PENEIRADA). PREPARO MANUAL, JUNTA 1 CM. INC_11/2016	m²	40,57	103,03	127,95	5.190,93	
3.7	SINAPI	94319	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILLO-ARENOSO. AF_08/2023	m³	33,65	77,30	96,00	3.230,40	
3.8	SINAPI	102498	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIACÃO). AF_05/2021	m	168,89	1,47	1,83	309,06	
4.0			SINALIZAÇÃO VIÁRIA					700,25	0,68%
4.1	DER-PB	06.200.00(B)	SINALIZAÇÃO VERTICAL, C CHAPAS PLANAS DE AÇO ZINCADO Nº16 CONFORMIDADE C NORMA ABNT NBR 11904:2015, SUPORTE DE FIXAÇÃO EM CANO DE AÇO GALVANIZADO COM D=2x1/2" COM FIXAÇÃO, PARAFUSOS, ARRUELAS, PORCAS E ELEMENTOS METÁLICOS GALVANIZADOS, PELÍCULAS RETO REFLETIVA TIPO III A, EM ACORDO NORMA NBR 14644/2013	m²	0,59	717,18	890,67	525,49	
4.2	P.M.C.	CPU05	PLACA DE AÇO ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO DE RUA, *45 CM X 20* CM	und	1,00	140,72	174,76	174,76	

TOTAL GERAL DA OBRA:								RS	102.294,93
----------------------	--	--	--	--	--	--	--	----	------------

OBSERVAÇÕES:									
1. FÓRMULA APLICADA: =TRUNCAR(A*B;2)									
2. HAVENDO DIVERGÊNCIAS ENTRE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, ESPECIFICAÇÕES E/OU MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS PROJETOS GRÁFICOS, PREVALECERÁ A PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.									



OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS - PB		DATA DA EMISSÃO: 03/2026		TABELA DE REF.: SINAPI 09/2025	BDI =
LOCAL: DIVERSAS LOCALIDADES	TIPO DE OBRA: CONSTRUÇÃO	REPASSE:	RS 779.727,00	DESONERADO, DER-PB (07 a 09_2025), P.M.C	24,19%
CONTRATO DE REPASSE: 990980/2025/MCIDADES/CAIXA		CONTRAPARTIDA:	RS 77.857,14	ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS: 91,01% (HORAS), 51,84% (MÊS)	

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA								RUA PROJETADA 09	
-----------------------	--	--	--	--	--	--	--	------------------	--

ITENS	Fonte	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO UNIT C/ BDI (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	(%) FINANCEIRO
1.0			SERVIÇOS PRELIMINARES					14,98	0,06%
1.1	P.M.C.	CPU02	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO.	m	27,24	0,44	0,55	14,98	
2.0			TERRAPLENAGEM					144,27	0,61%
2.1	SINAPI	100.575,00	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES COM MOTONIVELADORA. AF 09/2024	m²	206,11	0,56	0,70	144,27	
3.0			PAVIMENTAÇÃO					23.504,46	98,60%
3.1	SINAPI	101169	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF 05/2020	m²	171,54	85,58	106,28	18.231,27	
3.2	DER-PB	04.910.02	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE MEIO FIO EM PEDRA GRANÍTICA, DIMENSÕES 100X15X13X20 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA)	m	17,98	37,05	46,01	827,25	
3.3	DER-PB	04.910.05	MEIO FIO DE CONCRETO TIPO MFC-05, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS	m	33,72	24,49	30,41	1.025,42	
3.4	SINAPI	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF 08/2022	m³	2,08	759,19	942,84	1.961,10	
3.5	P.M.C.	CPU04	ALVENARIA DE CONTENÇÃO EM TULO CERAMICO FURADO 9X19X19CM, 1 VEZ (ESPESSURA 19 CM), ASSENTADO EM ARGAMASSA TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA MEDIA NAO PENEIRADA). PREPARO MANUAL, JUNTA 1 CM. INC 11/2016	m²	7,03	103,03	127,95	899,48	
3.6	SINAPI	94319	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILO-ARENOSO. AF 08/2023	m³	5,19	77,30	96,00	498,24	
3.7	SINAPI	102498	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO). AF 05/2021	m	33,72	1,47	1,83	61,70	
4.0			SINALIZAÇÃO VIARIA					174,76	0,73%
4.1	P.M.C.	CPU05	PLACA DE AÇO ESMALTADA PARA IDENTIFICACAO DE RUA, *45 CM X 20* CM	und	1,00	140,72	174,76	174,76	
TOTAL GERAL DA OBRA:								RS 23.838,52	

OBSERVAÇÕES:									
1. FÓRMULA APLICADA: =TRUNCAR(A*B;2)									
2. HAVENDO DIVERGÊNCIAS ENTRE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, ESPECIFICAÇÕES E/OU MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS PROJETOS GRÁFICOS, PREVALECERÁ A PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.									



OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS - PB

CÁLCULO DE BDI		Construção de Edifícios			Rodovias e Ferrovias - Infra Urbana, praças, calçadas, etc.			Abastecimento de Água, Coleta de Esgoto			Fornecimento de materiais e equipamentos			Construção e Manutenção de Estações e Redes de Distribuição de Energia Elétrica			Portuárias, Marítimas e Fluviais		
		Item componente do BDI	% Informado	1º Q	Médio	3º Q	1º Q	Médio	3º Q	1º Q	Médio	3º Q	1º Q	Médio	3º Q	1º Q	Médio	3º Q	
	Administração Central (AC)		3,80	3,00	4,00	5,50	3,80	4,01	4,67	3,43	4,93	6,71	1,50	3,45	4,49	5,29	5,92	7,93	
	Seguro (S) e Garantia (G)		0,32	0,80	0,80	1,00	0,32	0,40	0,74	0,28	0,49	0,75	0,30	0,48	0,82	0,25	0,51	0,56	
	Risco (R)		0,50	0,97	1,27	1,27	0,50	0,56	0,97	1,00	1,39	1,74	0,56	0,85	0,89	1,00	1,48	1,97	
	Despesas Financeiras (DF)		1,02	0,59	1,23	1,39	1,02	1,11	1,21	0,94	0,99	1,17	0,85	0,85	1,11	1,01	1,07	1,11	
	Lucro (L)		6,64	6,16	7,40	8,96	6,64	7,30	8,69	6,74	8,04	9,40	3,50	5,11	6,22	8,00	8,31	9,51	
	Impostos (I) - PIS, COFINS, ISSQN		9,25																
Conforme Legislação Específica																			

Observações

1) Preencher apenas a coluna % Informado (Coluna B)

2) Os Tributos normalmente aplicáveis são: PIS (0,65%), COFINS (3,00%), ISS (2,00%), conforme o município e CPRB (3,60 %)

3) O cálculo do BDI se baseia na fórmula abaixo utilizada pelo Acórdão 2622/13 do TCU, conforme CE GEPAD 354/2013 de 17/10/2013.

B.D.I = 24,19%

Fórmula Utilizada:

$$BDI = \left\{ \frac{(1 + AC + G + R) * (1 + DF) * (1 + L)}{1 - I} - 1 \right\} * 100$$

VALORES DE BDI POR TIPO DE OBRA			
Tipo de Obra		1º Q	3º Q
Construção de Edifícios		20,34	25,60
Construção de Rodovias e Ferrovias - Infra Urbana, praças, etc.		19,60	24,23
Rede de Abastecimento de Água, Coleta de Esgotos		20,76	26,44
Estações e Redes de Distribuição de Energia Elétrica		24,00	27,86
Obras Portuárias, Marítimas e Fluviais		22,80	30,95
Fornecimento de Materiais e Equipamentos		11,10	16,80

Observações sobre os % informados no cálculo do BDI, neste caso:

OBRA: Construção de Rodovias e Ferrovias - Infra Urbana, praças, etc.

OS VALORES % INFORMADO ENQUADRAM-SE NOS LIMITES DO ACÓRDÃO 2622/2013-TCU-PLENÁRIO

OS VALORES % INFORMADO DE AC, DF E L ESTÃO NOS VALORES MÁXIMOS DOS LIMITES DO ACÓRDÃO 2622/2013-TCU-PLENÁRIO

OS VALORES % INFORMADO DE S+G E R FORAM CONSIDERADOS ZERADOS OU SEJA, ABAIXO DO MÍNIMO DOS LIMITES DO ACÓRDÃO 2622/2013-TCU-PLENÁRIO



OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS - PB

CARACTERÍSTICAS DOS LOGRADOUROS

ITEM	DESCRIÇÃO	BARRIO	COMPRIMENTO (m)	LARGURA FAIXA ROLAMENTO (m)	LARGURA DO PASSARELO (m)	ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO (m²)	CENTRO DE TRAVAMENTO (m)	CINTURÃO DE FECHAMENTO (m)	RAMPAS DE ACESSIBILIDADE (mm)	PLACA DE PARE PLACA DE PARE	PLACA DE RUA	COORDENADAS INICIO (GMS)	COORDENADAS FIM (GMS)	OBSERVAÇÕES
1.1	RUA PROJETADA 01	CENTRO	317,86	6,00 A 14,32	1,20	3.940,56	123,36	50,35	18,00	1,00	1,00	7°51'54,16"S / 36°30'46,20"O	7°52'02,86"S / 36°30'50,71"O	
1.2	RUA PROJETADA 05	CENTRO	38,57	7,00	1,20	267,47	7,00	14,00	2,00	2,00	1,00	7°51'54,43"S / 36°30'45,65"O	7°51'56,8"S / 36°30'46,03"O	
1.3	RUA PROJETADA 06	CENTRO	90,00	7,00	1,20	960,13	31,70	28,00	4,00	3,00	1,00	7°51'57,57"S / 36°30'47,46"O	7°51'59,09"S / 36°30'44,95"O	
1.4	RUA PROJETADA 07	CENTRO	90,00	7,00	1,20	627,48	7,00	14,00	6,00	1,00	1,00	7°51'56,00"S / 36°30'46,09"O	7°51'57,80"S / 36°30'44,24"O	
1.5	RUA PROJETADA 09	CENTRO	27,24	5,38	1,20	171,54	6,30	11,68	-	-	1,00	7°51'50,63"S / 36°30'39,02"O	7°51'51,10"S / 36°30'38,27"O	



OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS - PB

COMPOSIÇÃO DE CUSTOS PRÓPRIAS

COMPOSIÇÃO PRÓPRIA 02

CPU02	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO					m
ORIGEM	CÓDIGO	COMPONENTES	UND	COEFICIENTE	PREÇO UNIT.	VALOR TOTAL
SINAPI	32	ACO CA-50, 6,3 MM, VERGALHAO	KG	0,00367500	7,37	R\$ 0,02
SINAPI	244	AUXILIAR DE TOPOGRAFO (HORISTA)	H	0,00591608	12,09	R\$ 0,07
SINAPI	43493	EPI - FAMILIA TOPOGRAFO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,01758500	0,74	R\$ 0,01
SINAPI	37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	0,01758500	1,43	R\$ 0,02
SINAPI	43469	FERRAMENTAS - FAMILIA TOPOGRAFO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	0,01758500	0,05	R\$ -
SINAPI	7247	LOCACAO DE TEODOLITO ELETRONICO, PRECISAO ANGULAR DE 5 A 7 SEGUNDOS, INCLUINDO TRIPE	H	0,00879500	2,25	R\$ 0,01
SINAPI	37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	0,01758500	0,08	R\$ -
SINAPI	7592	TOPOGRAFO (HORISTA)	H	0,01183720	26,87	R\$ 0,31
TOTAL GERAL						R\$ 0,44

COMPOSIÇÃO DE REF. SINAPI (99064)

COMPOSIÇÃO PRÓPRIA 03

CPU03	RAMPA DE ACESSIBILIDADE (PASSEIO 1,20M) CONFORME PROJETO					und
ORIGEM	CÓDIGO	COMPONENTES	UND	COEFICIENTE	PREÇO UNIT.	VALOR TOTAL
SINAPI	94963	CONCRETO FCK = 15MPa, TRAÇO 1:3,4:3,5 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	M³	0,58000000	442,85	R\$ 256,85
SINAPI	103670	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	M³	0,58000000	266,88	R\$ 154,79
SINAPI	102491	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021	M²	8,28000000	19,55	R\$ 161,87
SINAPI	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,52500000	24,62	R\$ 12,93
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,63000000	19,61	R\$ 12,35
SINAPI	370	AREIA MÉDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M³	0,01050000	145,00	R\$ 1,52
SINAPI	1379	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG	7,87500000	0,72	R\$ 5,67
SINAPI	MERCADO	PISO PODOTATIL DE CONCRETO COR NATURAL - DIRECIONAL E ALERTA, *25 X 25* CM	UND	15,00000000	4,20	R\$ 63,00
TOTAL GERAL						R\$ 668,99

COMPOSIÇÃO PRÓPRIA

PESQUISA DE MERCADO - ANEXOS

PISO PODOTATIL DE CONCRETO COR NATURAL - DIRECIONAL E ALERTA, *25 X 25* CM

ORIGEM	DESCRIÇÃO	UND	PREÇO (R\$)	CONTATO
MERCADO	DW PRÉ-MOLDADOS – CNPJ: 41.280.960/0001-30	UND	2,60	(83) 99659-1125
MERCADO	INTERBLOCOS INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO	UND	5,00	(83) 99330-5775
MERCADO	NINO PRÉ-MOLDADOS / CNPJ: 20.715.723/0001-84	UND	5,00	(83) 99802-3697
VALOR MÉDIO				R\$ 4,20

COMPOSIÇÃO PRÓPRIA 04

CPU04	ALVENARIA DE CONTENÇÃO EM TIJOLO CERAMICO FURADO 9X19X19CM, 1 VEZ (ESPESSURA 19 CM), ASSENTADO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA MÉDIA NAO PENEIRADA), PREPARO MANUAL, JUNTA 1 CM. INC_11/2016					m²
ORIGEM	CÓDIGO	COMPONENTES	UND	COEFICIENTE	PREÇO UNIT.	VALOR TOTAL
SINAPI	87373	ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA) PARA CONTRAPISO, PREPARO MANUAL. AF_08/2019	M³	0,01380	739,14	R\$ 10,20
SINAPI	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,14000	24,62	R\$ 28,06
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,88000	19,61	R\$ 17,25
SINAPI	7271	BLOCO CERAMICO / TIJOLO VAZADO PARA ALVENARIA DE VEDACAO, 8 FUROS NA HORIZONTAL, DE 9 X 19 X 19 CM (L X A X C)	UND	54,00000	0,88	R\$ 47,52
TOTAL GERAL						R\$ 103,03

COMPOSIÇÃO (PRÓPRIA)

COMPOSIÇÃO PRÓPRIA 05



OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS - PB

COMPOSIÇÃO DE CUSTOS PRÓPRIAS

CPU05	PLACA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO NR DE RUA, DIMENSÕES 45X25CM					und
ORIGEM	CÓDIGO	COMPONENTES	UND	COEFICIENTE	PREÇO UNIT.	VALOR TOTAL
SINAPI	11950	BUCHA DE NYLON SEM ABA S6, COM PARAFUSO DE 4,20 X 40 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UND	4,00000	0,22	R\$ 0,88
SINAPI	13521	PLACA DE ACO ESMALTADA PARA IDENTIFICACAO DE RUA, *45 CM X 20* CM	UND	1,00000	132,00	R\$ 132,00
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,40000	19,61	R\$ 7,84
TOTAL GERAL						R\$ 140,72
COMPOSIÇÃO DE REF. SINAPI (73916/002)						



Usuário: JOAO MARCOS DE SOUZA
CPF: 071.144.504-43

Sair do Sistema

15/04/2026 23:11 - v.3.10.14-b24766721

Cadastramento	Programas	Propostas
Execução	Inf. Gerenciais	Cadastros
Acomp. e Fiscalização	Prestação de Contas	Administração
TCE	Verificação de Regularidade	

Projeto Básico / Termo de Referência

56000 - MINISTERIO DAS CIDADES

: Instrumento 990980

DOCUMENTOS ORÇAMENTÁRIOS

[Voltar](#)

01.612.638/0001-46 - MUNICIPIO DE CARAUBAS

Versão:

Dados Básicos

Anexos

Responsável Técnico

Documentação Complementar

QCI

PO/CFF

LAE

SPA

Quadro Resumo

[VOLTAR](#)

Dados Gerais

Eventos

Frentes de Obra

PO

PLQ

CFF

Visão das Frentes de Obra por Evento

Nº do Evento	Título do Evento		Nº da Frente de Obra	Frente de Obra	Nº do Período de Conclusão do Evento
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	-	1	RUA PROJETADA 07	1
			2	RUA PROJETADA 05	2
			3	RUA PROJETADA 06	3
			4	RUA PROJETADA 09	2
			5	RUA PROJETADA 01 (TRECHO 01)	4
			6	RUA PROJETADA 01 (TRECHO 02)	5
			7	RUA PROJETADA 01 (TRECHO 03)	6
2	TERRAPLANAGEM	-	1	RUA PROJETADA 07	1
			2	RUA PROJETADA 05	2
			3	RUA PROJETADA 06	3
			4	RUA PROJETADA 09	2
			5	RUA PROJETADA 01 (TRECHO 01)	4
			6	RUA PROJETADA 01 (TRECHO 02)	5
			7	RUA PROJETADA 01 (TRECHO 03)	6
3	PAVIMENTAÇÃO	-	1	RUA PROJETADA 07	1
			2	RUA PROJETADA 05	2
			3	RUA PROJETADA 06	3
			4	RUA PROJETADA 09	2
			5	RUA PROJETADA 01 (TRECHO 01)	4

Nº do Evento	Título do Evento		Nº da Frente de Obra	Frente de Obra	Nº do Período de Conclusão do Evento
4	SINALIZAÇÃO VIÁRIA	-	6	RUA PROJETADA 01 (TRECHO 02)	5
			7	RUA PROJETADA 01 (TRECHO 03)	6
			1	RUA PROJETADA 07	1
			2	RUA PROJETADA 05	2
			3	RUA PROJETADA 06	3
			4	RUA PROJETADA 09	2
			7	RUA PROJETADA 01 (TRECHO 03)	6

Cronograma Físico-Financeiro

Nº do Período de Conclusão do Evento	Percentual Parcela	Valor Parcela	Percentual Acumulado	Valor Acumulado
1	11,93%	R\$ 102.294,92	11,93%	R\$ 102.294,92
2	8,01%	R\$ 68.728,96	19,94%	R\$ 171.023,88
3	14,88%	R\$ 127.641,17	34,83%	R\$ 298.665,05
4	21,39%	R\$ 183.431,74	56,22%	R\$ 482.096,79
5	21,39%	R\$ 183.431,74	77,61%	R\$ 665.528,53
6	22,39%	R\$ 192.055,61	100,00%	R\$ 857.584,14

Apêndice 15 – Encargos Sociais – Paraíba

PARAÍBA

VIGÊNCIA A PARTIR DE 01/2025

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A					
A1	INSS	5,00%	5,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
A	Total	21,80%	21,80%	36,80%	36,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	18,02%	Não incide	18,02%	Não incide
B2	Feriados	4,31%	Não incide	4,31%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,86%	0,65%	0,86%	0,65%
B4	13º Salário	10,96%	8,33%	10,96%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,73%	0,56%	0,73%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	2,04%	Não incide	2,04%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10%	0,07%	0,10%	0,07%
B9	Férias Gozadas	9,76%	7,42%	9,76%	7,42%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%
B	Total	46,88%	17,11%	46,88%	17,11%
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,53%	3,45%	4,53%	3,45%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,11%	0,08%	0,11%	0,08%
C3	Férias Indenizadas	4,29%	3,26%	4,29%	3,26%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,96%	2,25%	2,96%	2,25%
C5	Indenização Adicional	0,38%	0,29%	0,38%	0,29%
C	Total	12,27%	9,33%	12,27%	9,33%
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B (sem considerar INNS sobre 13º, conforme Lei nº 14.973/2024)	9,67%	3,31%	17,25%	6,30%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,39%	0,29%	0,40%	0,31%
D	Total	10,06%	3,60%	17,65%	6,61%
TOTAL(A+B+C+D)		91,01%	51,84%	113,60%	69,85%

Fonte: Informação Dias de Chuva – INMET

JOAO MARCOS DE
SOUZA:07114450443

Assinado de forma digital por
JOAO MARCOS DE
SOUZA:07114450443
Dados: 2025.12.12 15:48:22 -03'00'



OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS - PB				LOCAL:		GLOBAL			
MEMÓRIA DE CÁLCULO									
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DIMENSÕES			DESCONTO	QUANT.	TOTAL LIQUIDO
				A	B	C			
1.0			SERVIÇOS PRELIMINARES						
1.1	SINAPI	103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E						
			ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS						8,00
								m²	8,00
1.2	P.M.C.	CPU02	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO.						
	1.1		RUA PROJETADA 01					317,86	317,86
	1.2		RUA PROJETADA 05					38,57	38,57
	1.3		RUA PROJETADA 06					90,00	90,00
	1.4		RUA PROJETADA 07					90,00	90,00
	1.5		RUA PROJETADA 09					27,24	27,24
								m	563,67
1.3	DER-PB	03.999.13	DEMOLICÃO DE CONCRETO SIMPLES						
			1.1	RUA PROJETADA 01				1,82	1,82
			1.2	RUA PROJETADA 05				1,93	1,93
			1.3	RUA PROJETADA 06				0,61	0,61
			1.4	RUA PROJETADA 07				1,13	1,13
			1.5	RUA PROJETADA 09				-	-
							m²	5,49	
2.0			TERRAPLENAGEM						
2.1	SINAPI	100575	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES COM MOTONIVELADORA. AF_09/2024						
			1.1	RUA PROJETADA 01				3.784,67	3.784,67
			1.2	RUA PROJETADA 05				372,60	372,60
			1.3	RUA PROJETADA 06				1.145,00	1.145,00
			1.4	RUA PROJETADA 07				837,23	837,23
			1.5	RUA PROJETADA 09				206,11	206,11
						m²	6.345,61		
3.0			PAVIMENTAÇÃO						
3.1	SINAPI	101169	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRACO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020						
			1.1	RUA PROJETADA 01				3.940,56	3.940,56
			1.2	RUA PROJETADA 05				267,47	267,47
			1.3	RUA PROJETADA 06				960,13	960,13
			1.4	RUA PROJETADA 07				627,48	627,48
			1.5	RUA PROJETADA 09				171,54	171,54
						m²	5.967,18		
3.2	DER-PB	04.910.02	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE MEIO FIO EM PEDRA GRANÍTICA, DIMENSÕES 100X15X13X20 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA)						
			1.1	RUA PROJETADA 01				173,71	173,71
			1.2	RUA PROJETADA 05				21,00	21,00
			1.3	RUA PROJETADA 06				59,70	59,70
			1.4	RUA PROJETADA 07				21,00	21,00
			1.5	RUA PROJETADA 09				17,98	17,98
						m	293,39		
3.3	DER-PB	04.910.05	MEIO FIO DE CONCRETO TIPO MFC-05, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS						
			1.1	RUA PROJETADA 01				808,67	808,67
			1.2	RUA PROJETADA 05				82,46	82,46
			1.3	RUA PROJETADA 06				147,86	147,86
			1.4	RUA PROJETADA 07				168,89	168,89
			1.5	RUA PROJETADA 09				33,72	33,72
						m	1.241,60		
3.4	SINAPI	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022						
			1.1	RUA PROJETADA 01				49,35	49,35
			1.2	RUA PROJETADA 05				5,16	5,16
			1.3	RUA PROJETADA 06				7,03	7,03
			1.4	RUA PROJETADA 07				10,11	10,11
			1.5	RUA PROJETADA 09				2,08	2,08
						m²	73,73		
3.5	P.M.C.	CPU03	RAMPA DE ACESSIBILIDADE (PASSEIO 1,20M) CONFORME PROJETO						
			1.1	RUA PROJETADA 01				18,00	18,00
			1.2	RUA PROJETADA 05				2,00	2,00
			1.3	RUA PROJETADA 06				4,00	4,00
			1.4	RUA PROJETADA 07				6,00	6,00
			1.5	RUA PROJETADA 09				-	-
						und	30,00		
3.6	P.M.C.	CPU04	ALVENARIA DE CONTENÇÃO EM TIJOLO CERAMICO FURADO 9X19X19CM, 1 VEZ (ESPESSURA 19 CM), ASSENTADO EM ARGAMASSA TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA MEDIA NAO PENEIRADA). PREPARO MANUAL. JUNTA 1 CM. INC_11/2016						
			1.1	RUA PROJETADA 01				208,41	208,41
			1.2	RUA PROJETADA 05				21,57	21,57
			1.3	RUA PROJETADA 06				21,14	21,14
			1.4	RUA PROJETADA 07				40,57	40,57
			1.5	RUA PROJETADA 09				7,03	7,03
						m²	298,72		
3.7	SINAPI	94319	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILO-ARENOSO. AF_08/2023						
			1.1	RUA PROJETADA 01				138,84	138,84
			1.2	RUA PROJETADA 05				15,51	15,51
			1.3	RUA PROJETADA 06				27,61	27,61
			1.4	RUA PROJETADA 07				33,65	33,65
			1.5	RUA PROJETADA 09				5,19	5,19
						m²	220,80		
3.8	SINAPI	102498	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CALAÇÃO). AF_05/2021						
			1.1	RUA PROJETADA 01				808,67	808,67
			1.2	RUA PROJETADA 05				82,46	82,46
			1.3	RUA PROJETADA 06				147,86	147,86
			1.4	RUA PROJETADA 07				168,89	168,89
			1.5	RUA PROJETADA 09				33,72	33,72
						m	1.241,60		
4.0			SINALIZAÇÃO VIÁRIA						



OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS - PB LOCAL: GLOBAL:

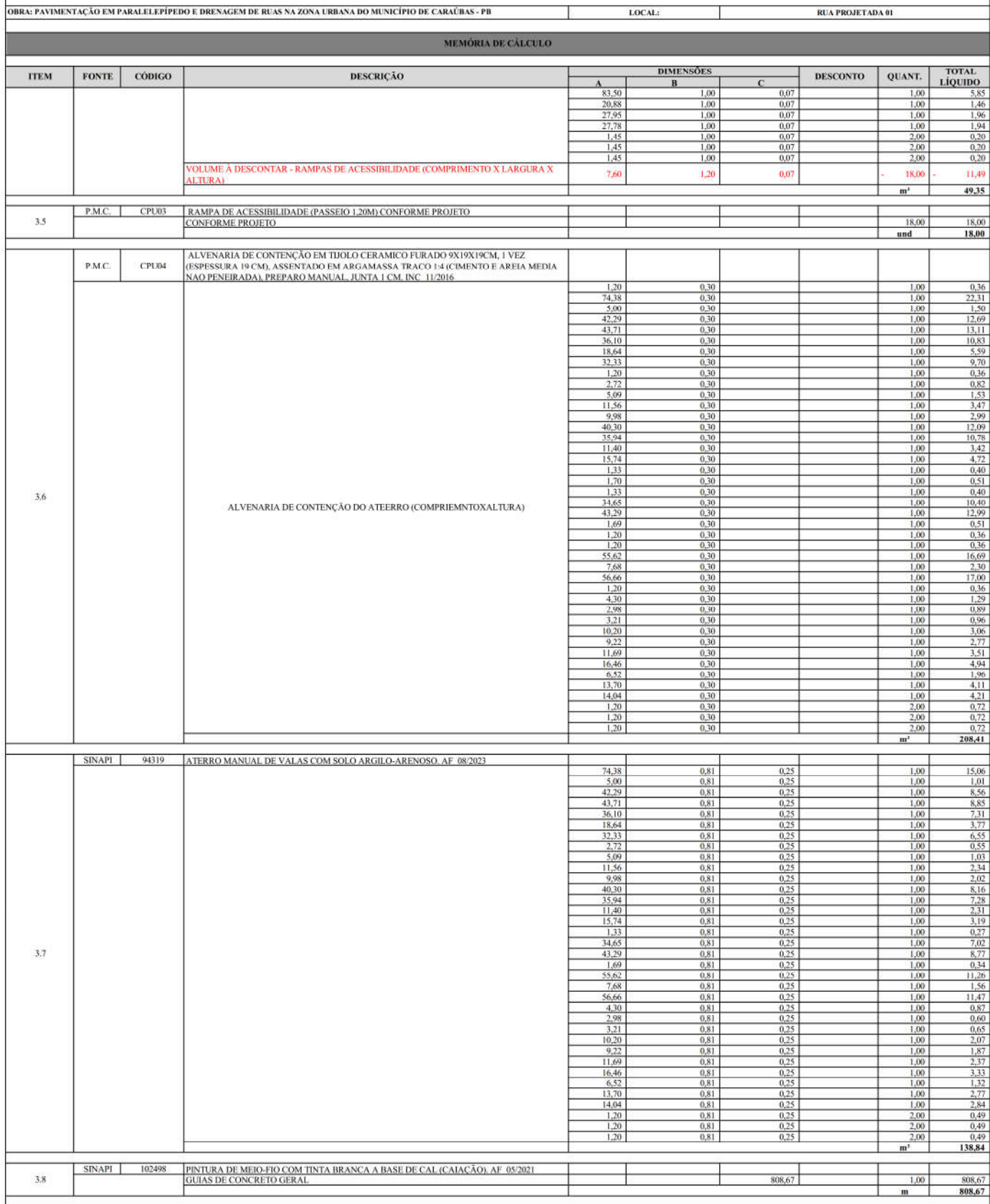
MEMÓRIA DE CÁLCULO

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DIMENSÕES			DESCONTO	QUANT.	TOTAL LÍQUIDO
				A	B	C			
4.1	DER-PB	06.200.00(B)	SINALIZAÇÃO VERTICAL, C CHAPAS PLANAS DE AÇO ZINCADO Nº16 CONFORMIDADE C NORMA ABNT NBR 11904:2015, SUPORTE DE FIXAÇÃO EM CANO DE AÇO GALVANIZADO COM D=2x1/2" COM FIXAÇÃO, PARAFUSOS, ARRUELAS, PORCAS E ELEMENTOS METÁLICOS GALVANIZADOS, PELÍCULAS RETO REFLETIVA TIPO III A, EM ACORDO NORMA NBR 14644/2013						
			RUA PROJETADA 01					1,18	1,18
			RUA PROJETADA 05					1,18	1,18
			RUA PROJETADA 06					1,77	1,77
			RUA PROJETADA 07					0,59	0,59
			RUA PROJETADA 09					-	-
								m²	4,72
4.2	P.M.C.	CPU05	PLACA DE AÇO ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO DE RUA, *45 CM X 20" CM						
			RUA PROJETADA 01					1,00	1,00
			RUA PROJETADA 05					1,00	1,00
			RUA PROJETADA 06					1,00	1,00
			RUA PROJETADA 07					1,00	1,00
			RUA PROJETADA 09					1,00	1,00
								und	5,00

OBS:FÓRMULA APLICADA:
=ARRED(A*B;2)



OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS - PB				LOCAL:		RUA PROJETADA 01			
MEMÓRIA DE CÁLCULO									
ITEM	FORTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DIMENSÕES			DESCONTO	QUANT.	TOTAL LÍQUIDO
				A	B	C			
1.0			SERVIÇOS PRELIMINARES						
1.1	P.M.C.	CPU02	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO.						
			COMPRIMENTO DA RUA			317,86		1,00	317,86
								m	317,86
1.2	DER-PB	03.999.13	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES						
			CALÇADAS A SEREM DEMOLIDAS (ÁREA X ALTURA)	6,05	0,30			1,00	1,82
								m²	1,82
2.0			TERRAPLENAGEM						
2.1	SINAPI	100.575.00	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES COM MOTONIVELADORA. AF_09/2024						
			ÁREA GERAL- COMPRIMENTO DA RUA X LARGURA COM CALÇADAS (ÁREA EXTRAÍDA DO AUTOCAD)	3.784,67	1,00			1,00	3.784,67
								m²	3.784,67
3.0			PAVIMENTAÇÃO						
3.1	SINAPI	101169	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRACO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020						
			ESTACA E0 - E4	80,00	8,00			1,00	640,00
				80,00	0,34			1,00	27,20
				80,00	1,17			0,50	46,80
			BOCA DE RUA PROJETADA 02	1,33	7,00			1,00	9,31
				107,16	10,53			1,00	1.128,39
			ESTACA E4 - E9+7,16	107,16	1,91			0,50	102,34
				107,16	1,88			0,50	100,73
			BOCA DE RUA PROJETADA 03	1,33	13,00			1,00	17,29
			ESTACA E9+7,16 - E12+3,86	56,70	6,00			1,00	340,20
				11,17	0,50			0,50	2,79
			ESTACA E12+3,86 - E15+1,90	58,05	6,50			1,00	377,33
			BOCA DE RUA PROJETADA 08	1,33	7,00			1,00	9,31
				1,74	6,00			0,50	5,22
			ESTACA E9+7,16 - E10+16,25	27,28	6,00			1,00	163,68
				1,86	6,00			0,50	5,58
			BOCA DE RUA PROJETADA	1,33	8,35			1,00	11,11
			ESTACA E10+16,25 - E15+1,52	85,27	6,50			1,00	554,26
				2,03	7,00			0,50	7,11
			ESTACA E10 - E10+15,96	14,95	7,00			1,00	104,65
				51,47	1,00			1,00	51,47
				4,43	1,00			1,00	4,43
			ÁREAS	6,78	1,00			1,00	6,78
				7,32	27,48			1,00	201,15
				7,90	7,33			- 0,50 -	28,95
				2,67	27,48			1,00	73,23
	DESCONTOS		ÁREAS DE DESCONTOS - CINTURÕES DE FECHAMENTO/ TRAVAMENTO (COMPRIMENTO X LARGURA)	173,71	0,12			- 1,00 -	20,85
								m²	3.940,56
3.2	DER-PB	04.910.02	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE MEIO FIO EM PEDRA GRANÍTICA, DIMENSÕES 100X15X13X20 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA)						
			CINTURÃO DE FECHAMENTO			50,35		1,00	50,35
			CINTURÃO DE TRAVAMENTO			123,36		1,00	123,36
								m	173,71
3.3	DER-PB	04.910.05	MEIO FIO DE CONCRETO TIPO MFC-05, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS						
						74,38		1,00	74,38
						42,29		1,00	42,29
						43,71		1,00	43,71
						36,10		1,00	36,10
						18,64		1,00	18,64
						32,33		1,00	32,33
						187,32		1,00	187,32
						16,98		1,00	16,98
						4,59		1,00	4,59
						2,42		1,00	2,42
						1,33		1,00	1,33
						85,19		1,00	85,19
						57,02		1,00	57,02
						10,28		1,00	10,28
						58,02		1,00	58,02
						7,90		1,00	7,90
						7,33		1,00	7,33
						10,58		1,00	10,58
						6,52		1,00	6,52
						13,70		1,00	13,70
						16,46		1,00	16,46
						14,04		1,00	14,04
						17,12		1,00	17,12
						13,51		1,00	13,51
						14,95		1,00	14,95
						1,33		4,00	5,32
						1,33		4,00	5,32
						1,33		4,00	5,32
								m	808,67
3.4	SINAPI	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022						
				25,61	1,00	0,07		1,00	1,79
				17,38	1,00	0,07		1,00	1,22
				154,34	1,00	0,07		1,00	10,80
				15,06	1,00	0,07		1,00	1,05
				30,86	1,00	0,07		1,00	2,16
				102,94	1,00	0,07		1,00	7,21
				10,62	1,00	0,07		1,00	0,74
				67,51	1,00	0,07		1,00	4,73
				68,77	1,00	0,07		1,00	4,81
				38,80	1,00	0,07		1,00	2,72
				22,16	1,00	0,07		1,00	1,55
				43,25	1,00	0,07		1,00	3,03
				52,40	1,00	0,07		1,00	3,67
				50,74	1,00	0,07		1,00	3,55





OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS - PB LOCAL: RUA PROJETADA 01

MEMÓRIA DE CÁLCULO

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DIMENSÕES			DESCONTO	QUANT.	TOTAL LÍQUIDO
				A	B	C			
4.0			SINALIZAÇÃO VIÁRIA						
4.1	DER-PB	06.200.00(B)	SINALIZAÇÃO VERTICAL, C CHAPAS PLANAS DE AÇO ZINCADO Nº16 CONFORMIDADE C						
			NORMA ABNT NBR 11904:2015, SUPORTE DE FIXAÇÃO EM CANO DE AÇO GALVANIZADO						
			COM D=2x1/2" COM FIXAÇÃO, PARAFUSOS, ARRUELAS, PORCAS E ELEMENTOS						
			METÁLICOS GALVANIZADOS, PELÍCULAS RETO REFLETIVA TIPO III A, EM ACORDO						
			NORMA NBR 14644/2013						
			CONFORME PROJETO			0,59		2,00	1,18
								m²	1,18
4.2	P.M.C.	CPU05	PLACA DE AÇO ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO DE RUA, *45 CM X 20* CM						
			CONFORME PROJETO			1,00		1,00	1,00
								und	1,00

OBS:FÓRMULA APLICADA:
=ARRED(A*B;2)



OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS - PB				LOCAL:		RUA PROJETADA 05			
MEMÓRIA DE CÁLCULO									
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DIMENSÕES			DESCONTO	QUANT.	TOTAL LÍQUIDO
				A	B	C			
1.0			SERVIÇOS PRELIMINARES						
1.1	P.M.C.	CPU02	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO.						
			COMPRIMENTO DA RUA			38,57		1,00	38,57
								m	38,57
1.2	DER-PB	03.999.13	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES						
			CALÇADAS A SEREM DEMOLIDAS (ÁREA X ALTURA)	6,44	0,30			1,00	1,93
								m²	1,93
2.0			TERRAPLENAGEM						
2.1	SINAPI	100.575.00	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES COM MOTONIVELADORA. AF_09/2024						
			ÁREA GERAL- COMPRIMENTO DA RUA X LARGURA COM CALÇADAS (ÁREA EXTRAÍDA DO AUTOCAD)	372,60	1,00			1,00	372,60
								m²	372,60
3.0			PAVIMENTAÇÃO						
3.1	SINAPI	101169	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRACO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020						
			ÁREA DE PAVIMENTO (COMPRIMENTO DA RUA X LARGURA DA FAIXA DE ROLAMENTO)	38,57	7,00			1,00	269,99
	DESCONTOS		ÁREAS DE DESCONTOS - CINTURÕES DE FECHAMENTO/ TRAVAMENTO (COMPRIMENTO X LARGURA)	21,00	0,12			- 1,00	- 2,52
								m²	267,47
3.2	DER-PB	04.910.02	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE MEIO FIO EM PEDRA GRANÍTICA, DIMENSÕES 100X15X13X20 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA)						
			CINTURÃO DE FECHAMENTO			14,00		1,00	14,00
			CINTURÃO DE TRAVAMENTO			7,00		1,00	7,00
								m	21,00
3.3	DER-PB	04.910.05	MEIO FIO DE CONCRETO TIPO MFC-05, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS						
						38,57		1,00	38,57
						1,33		1,00	1,33
						1,33		1,00	1,33
						1,33		1,00	1,33
						1,33		1,00	1,33
						38,57		1,00	38,57
							m	82,46	
3.4	SINAPI	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022						
			CALÇADAS	45,94	1,00	0,07		1,00	3,22
			VOLUME A DESCONTAR - RAMPAS DE ACESSIBILIDADE (COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA)	45,94	1,00	0,07		1,00	3,22
			7,60	1,20	0,07		- 2,00	- 1,28	
								m³	5,16
3.5	P.M.C.	CPU03	RAMPA DE ACESSIBILIDADE (PASSEIO 1,20M) CONFORME PROJETO						
			CONFORME PROJETO					2,00	2,00
								und	2,00
3.6	P.M.C.	CPU04	ALVENARIA DE CONTENÇÃO EM TIJOLO CERÂMICO FURADO 9X19X19CM, 1 VEZ (ESPESURA 19 CM), ASSENTADO EM ARGAMASSA TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA MÉDIA NÃO PENEIRADA). PREPARO MANUAL. JUNTA 1 CM. INC_11/2016						
				18,86	0,30			1,00	5,66
				13,68	0,30			1,00	4,10
				1,11	0,30			1,00	0,33
				38,28	0,30			1,00	11,48
								m²	21,57
3.7	SINAPI	94319	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILÓ-ARENOSO. AF_08/2023						
				38,34	0,81	0,25		1,00	7,76
				38,28	0,81	0,25		1,00	7,75
								m³	15,51
3.8	SINAPI	102498	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CALÇAÇÃO). AF_05/2021						
			GUIAS DE CONCRETO GERAL			82,46		1,00	82,46
								m	82,46
4.0			SINALIZAÇÃO VIÁRIA						
4.1	DER-PB	06.200.00(B)	SINALIZAÇÃO VERTICAL, C CHAPAS PLANAS DE AÇO ZINCADO Nº16 CONFORMIDADE C NORMA ABNT NBR 11904-2015, SUPORTE DE FIXAÇÃO EM CANO DE AÇO GALVANIZADO COM D=2x1/2" COM FIXAÇÃO, PARAFUSOS, ARRUELAS, PORCAS E ELEMENTOS METÁLICOS GALVANIZADOS, PELÍCULAS RETO REFLETIVA TIPO III A, EM ACORDO NORMA NBR 14644/2013						
			CONFORME PROJETO			0,59		2,00	1,18
								m²	1,18
4.2	P.M.C.	CPU05	PLACA DE AÇO ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO DE RUA, *45 CM X 20* CM						
			CONFORME PROJETO			1,00		1,00	1,00
								und	1,00
OBS:FÓRMULA APLICADA: =ARRED(A*B;2)									



OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS - PB				LOCAL:		RUA PROJETADA 06			
MEMÓRIA DE CÁLCULO									
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DIMENSÕES			DESCONTO	QUANT.	TOTAL LÍQUIDO
				A	B	C			
1.0			SERVIÇOS PRELIMINARES						
1.1	P.M.C.	CPU02	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO.						
			COMPRIMENTO DA RUA			90,00		1,00	90,00
								m	90,00
1.2	DER-PB	03.999.13	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES						
			CALÇADAS A SEREM DEMOLIDAS (ÁREA X ALTURA)	2,04	0,30			1,00	0,61
								m²	0,61
2.0			TERRAPLENAGEM						
2.1	SINAPI	100.575.00	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES COM MOTONIVELADORA. AF_09/2024						
			ÁREA GERAL- COMPRIMENTO DA RUA X LARGURA COM CALÇADAS (ÁREA EXTRAÍDA DO AUTOCLAD)	1.145,00	1,00			1,00	1.145,00
								m²	1.145,00
3.0			PAVIMENTAÇÃO						
3.1	SINAPI	101169	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRACO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020						
			ÁREA DE PAVIMENTO (COMPRIMENTO DA RUA X LARGURA DA FAIXA DE ROLAMENTO)	90,00	7,00			1,00	630,00
			ESTACIONAMENTO	24,69	5,03			1,00	124,19
				27,61	1,42			0,50	19,60
				27,61	2,83			1,00	78,14
			BOCA DE RUA PROJ. 04	7,85	7,00			1,00	54,95
			BOCA DE RUA PROJ. 05	8,63	7,00			1,00	60,41
	DESCONTOS		ÁREAS DE DESCONTOS - CINTURÕES DE FECHAMENTO/ TRAVAMENTO (COMPRIMENTO X LARGURA)	59,70	0,12			- 1,00	- 7,16
								m²	960,13
3.2	DER-PB	04.910.02	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE MEIO FIO EM PEDRA GRANÍTICA, DIMENSÕES 100X15X13X20 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA)						
			CINTURÃO DE FECHAMENTO			28,00		1,00	28,00
			CINTURÃO DE TRAVAMENTO			31,70		1,00	31,70
								m	59,70
3.3	DER-PB	04.910.05	MEIO FIO DE CONCRETO TIPO MFC-05, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS						
						22,49		1,00	22,49
						8,63		1,00	8,63
						7,85		1,00	7,85
						25,79		1,00	25,79
						58,94		1,00	58,94
						21,50		1,00	21,50
						1,33		1,00	1,33
						1,33		1,00	1,33
								m	147,86
3.4	SINAPI	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022						
			CALÇADAS	19,16	1,00	0,07		1,00	1,34
				34,96	1,00	0,07		1,00	2,45
				54,93	1,00	0,07		1,00	3,85
				2,04	1,00	0,07		1,00	0,14
				25,66	1,00	0,07		1,00	1,80
			VOLUME À DESCONTAR - RAMPAS DE ACESSIBILIDADE (COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA)	7,60	1,20	0,07		- 4,00	- 2,55
								m³	7,03
3.5	P.M.C.	CPU03	RAMPA DE ACESSIBILIDADE (PASSEIO 1,20M) CONFORME PROJETO						
			CONFORME PROJETO					4,00	4,00
								und	4,00
3.6	P.M.C.	CPU04	ALVENARIA DE CONTENÇÃO EM TIJOLO CERÂMICO FURADO 9X19X19CM, 1 VEZ (ESPESSURA 19 CM), ASSENTADO EM ARGAMASSA TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA MEDIA NÃO PENEIRADA). PREPARO MANUAL. JUNTA 1 CM. INC_11/2016						
				5,30	0,30			1,00	1,59
				2,52	0,30			1,00	0,76
				24,43	0,30			1,00	7,33
			ALVENARIA DE CONTENÇÃO DO ATERRO (COMPRIMENTO X ALTURA)	1,20	0,30			1,00	0,36
				1,20	0,30			1,00	0,36
				2,63	0,30			1,00	0,79
				11,80	0,30			1,00	3,54
				21,38	0,30			1,00	6,41
								m²	21,14
3.7	SINAPI	94319	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILLO-ARENOSO. AF_08/2023						
				5,30	0,81	0,25		1,00	1,07
				16,93	0,67	0,25		1,00	2,84
				3,94	0,35	0,25		1,00	0,34
				25,79	0,81	0,25		1,00	5,22
				2,63	0,81	0,25		1,00	0,53
				6,12	0,61	0,25		1,00	0,93
				11,80	0,81	0,25		1,00	2,39
				36,15	1,05	0,25		1,00	9,49
				2,23	0,81	0,25		1,00	0,45
				21,50	0,81	0,25		1,00	4,35
								m³	27,61
3.8	SINAPI	102498	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CALAÇÃO). AF_05/2021						
			GUIAS DE CONCRETO GERAL			147,86		1,00	147,86
								m	147,86
4.0			SINALIZAÇÃO VIÁRIA						
4.1	DER-PB	06.200.00(B)	SINALIZAÇÃO VERTICAL - C CHAPAS PLANAS DE AÇO ZINCADO Nº16 CONFORMIDADE C NORMA ABNT NBR 11904:2015, SUPORTE DE FIXAÇÃO EM CANO DE AÇO GALVANIZADO COM D=2x1/2" COM FIXAÇÃO, PARAFUSOS, ARRUELAS, PORCAS E ELEMENTOS METÁLICOS GALVANIZADOS, PELÍCULAS RETO REFLETIVA TIPO III A, EM ACORDO NORMA NBR 14644/2013						
			CONFORME PROJETO			0,59		3,00	1,77
								m²	1,77



OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS - PB	LOCAL:	RUA PROJETADA 06
--	--------	------------------

MEMÓRIA DE CÁLCULO

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DIMENSÕES			DESCONTO	QUANT.	TOTAL LÍQUIDO
				A	B	C			
4.2	P.M.C.	CPU05	PLACA DE ACO ESMALTADA PARA IDENTIFICACAO DE RUA, *45 CM X 20* CM						
			CONFORME PROJETO			1,00		1,00	1,00
								und	1,00

OBS:FÓRMULA APLICADA:
~ARRED(A*B:2)



OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS - PB LOCAL: RUA PROJETADA 07

MEMÓRIA DE CÁLCULO

ITEM	FORTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DIMENSÕES			DESCONTO	QUANT.	TOTAL LÍQUIDO
				A	B	C			
1.0			SERVIÇOS PRELIMINARES						
1.1	SINAPI	103.689,00	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS						
			ÁREA DA PLACA (COMPRIMENTO X ALTURA)	4,00	2,00			1,00	8,00
								m²	8,00
1.2	P.M.C.	CPU02	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO. COMPRIMENTO DA RUA			90,00		1,00	90,00
								m	90,00
1.3	DER-PB	03.999.13	DEMOLUÇÃO DE CONCRETO SIMPLES. CALÇADAS A SEREM DEMOLIDAS (ÁREA X ALTURA)	3,75	0,30			1,00	1,13
								m²	1,13
2.0			TERRAPLENAGEM						
2.1	SINAPI	100.575,00	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES COM MOTONIVELADORA. AF_09/2024						
			ÁREA GERAL - COMPRIMENTO DA RUA X LARGURA COM CALÇADAS (ÁREA EXTRAÍDA DO AUTOCAD)	837,23	1,00			1,00	837,23
								m²	837,23
3.0			PAVIMENTAÇÃO						
3.1	SINAPI	101169	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRACO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020						
			ÁREA DE PAVIMENTO (COMPRIMENTO DA RUA X LARGURA DA FAIXA DE ROLAMENTO)	90,00	7,00			1,00	630,00
			ÁREAS DE DESCONTOS - CINTURÕES DE FECHAMENTO/TRAJAMENTO (COMPRIMENTO X LARGURA)	21,00	0,12			- 1,00	- 2,52
								m²	627,48
3.2	DER-PB	04.910.02	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE MEIO FIO EM PEDRA GRANÍTICA, DIMENSÕES 100X15X13X20 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA)						
			CINTURÃO DE FECHAMENTO			14,00		1,00	14,00
			CINTURÃO DE TRAJAMENTO			7,00		1,00	7,00
								m	21,00
3.3	DER-PB	04.910.05	MEIO FIO DE CONCRETO TIPO MFC-05, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS						
						1,33		1,00	1,33
						21,29		1,00	21,29
						56,96		1,00	56,96
						87,98		1,00	87,98
						1,33		1,00	1,33
								m	168,89
3.4	SINAPI	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022						
			CALÇADAS	3,75	1,00	0,07		1,00	0,26
				24,33	1,00	0,07		1,00	1,70
				67,13	1,00	0,07		1,00	4,70
				104,05	1,00	0,07		1,00	7,28
			VOLUME A DESCONTAR - RAMPAS DE ACESSIBILIDADE (COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA)	7,60	1,20	0,07		- 6,00	- 3,83
								m³	10,11
3.5	P.M.C.	CPU03	RAMPA DE ACESSIBILIDADE (PASSEIO 1,20M) CONFORME PROJETO						
			CONFORME PROJETO					6,00	6,00
								und	6,00
3.6	P.M.C.	CPU04	ALVENARIA DE CONTENÇÃO EM TIJOLO CERÂMICO FURADO 9X19X19CM, 1 VEZ (ESPESURA 19 CM), ASSENTADO EM ARGAMASSA TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA MÉDIA NÃO PENEIRADA). PREPARO MANUAL. JUNTA 1 CM. INC_11/2016						
				10,35	0,30			1,00	3,11
				23,28	0,30			1,00	6,98
				19,55	0,30			1,00	5,87
				8,63	0,30			1,00	2,59
				1,20	0,30			1,00	0,36
				1,20	0,30			1,00	0,36
				3,78	0,30			1,00	1,13
				8,16	0,30			1,00	2,45
				59,05	0,30			1,00	17,72
								m³	40,57
3.7	SINAPI	94319	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILÓ-ARENOSO. AF_08/2023						
				21,29	0,81	0,25		1,00	4,31
				56,96	0,81	0,25		1,00	11,53
				87,96	0,81	0,25		1,00	17,81
								m³	33,65
3.8	SINAPI	102498	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CALÇAÇÃO). AF_05/2021						
			GUIAS DE CONCRETO GERAL			168,89		1,00	168,89
								m	168,89
4.0			SINALIZAÇÃO VIÁRIA						
4.1	DER-PB	06.200.00(B)	SINALIZAÇÃO VERTICAL, C CHAPAS PLANAS DE AÇO ZINCADO Nº16 CONFORMIDADE C NORMA ABNT NBR 11904-2015, SUPORTE DE FIXAÇÃO EM CANO DE AÇO GALVANIZADO COM D=2x1/2" COM FIXAÇÃO, PARAFUSOS, ARRUELAS, PORCAS E ELEMENTOS METÁLICOS GALVANIZADOS, PELÍCULAS RETO REFLETIVA TIPO III A, EM ACORDO NORMA NBR 14644/2013						
			CONFORME PROJETO			0,59		1,00	0,59
								m²	0,59
4.2	P.M.C.	CPU05	PLACA DE AÇO ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO DE RUA, 45 CM X 20 CM CONFORME PROJETO				1,00	1,00	1,00
								und	1,00

OBS:FÓRMULA APLICADA:
=ARRED(A*B;2)



OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS - PB LOCAL: RUA PROJETADA 09

MEMÓRIA DE CÁLCULO

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DIMENSÕES			DESCONTO	QUANT.	TOTAL LÍQUIDO
				A	B	C			
1.0			SERVIÇOS PRELIMINARES						
1.1	P.M.C.	CPU02	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO.						
			COMPRIMENTO DA RUA			27,24		1,00	27,24
								m	27,24
2.0			TERRAPLENAGEM						
2.1	SINAPI	100.575.00	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES COM MOTONIVELADORA. AF_09/2024						
			ÁREA GERAL: COMPRIMENTO DA RUA X LARGURA COM CALÇADAS (ÁREA EXTRAÍDA DO AUTOCAD)	206,11	1,00			1,00	206,11
								m²	206,11
3.0			PAVIMENTAÇÃO						
3.1	SINAPI	101169	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRACO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020						
			ÁREA DE PAVIMENTO (COMPRIMENTO DA RUA X LARGURA DA FAIXA DE ROLAMENTO)	26,00	5,38			1,00	139,88
				2,48	5,38			0,50	6,67
				4,31	6,30			1,00	27,15
	DESCONTOS		ÁREAS DE DESCONTOS - CINTURÕES DE FECHAMENTO/TRAJAMENTO (COMPRIMENTO X LARGURA)	17,98	0,12			- 1,00	- 2,16
								m²	171,54
3.2	DER-PB	04.910.02	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE MEIO FIO EM PEDRA GRANÍTICA, DIMENSÕES 100X15X13X20 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA)						
			CINTURÃO DE FECHAMENTO			11,68		1,00	11,68
			CINTURÃO DE TRAJAMENTO			6,30		1,00	6,30
								m	17,98
3.3	DER-PB	04.910.05	MEIO FIO DE CONCRETO TIPO MFC-05, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS						
						20,63		1,00	20,63
						4,47		1,00	4,47
						4,31		1,00	4,31
						4,31		1,00	4,31
								m	33,72
3.4	SINAPI	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022						
			CALÇADAS	29,78	1,00	0,07		1,00	2,08
			VOLUME A DESCONTAR - RAMPAS DE ACESSIBILIDADE (COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA)	7,60	1,20	0,07		-	-
								m³	2,08
3.5	P.M.C.	CPU04	ALVENARIA DE CONTENÇÃO EM TIJOLO CERÂMICO FURADO 9X19X19CM, 1 VEZ (ESPESSURA 19 CM), ASSENTADO EM ARGAMASSA TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA MEDIA NAO PENEIRADA). PREPARO MANUAL. JUNTA 1 CM. INC_11/2016						
				3,61	0,30			1,00	1,08
				2,84	0,30			1,00	0,85
			ALVENARIA DE CONTENÇÃO DO ATERRO (COMPRIMENTO X ALTURA)	1,20	0,30			1,00	0,36
				14,61	0,30			1,00	4,38
				1,20	0,30			1,00	0,36
								m²	7,03
3.6	SINAPI	94319	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILLO-ARENOSO. AF_08/2023						
				3,61	0,81	0,25		1,00	0,73
				2,84	0,81	0,25		1,00	0,58
				14,61	0,81	0,25		1,00	2,96
				5,32	0,69	0,25		1,00	0,92
								m³	5,19
3.7	SINAPI	102498	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CALÇAÇÃO). AF_05/2021						
			GUIAS DE CONCRETO GERAL			33,72		1,00	33,72
								m	33,72
4.0			SINALIZAÇÃO VIÁRIA						
4.1	P.M.C.	CPU05	PLACA DE AÇO ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO DE RUA. *45 CM X 20* CM CONFORME PROJETO						
						1,00		1,00	1,00
								und	1,00

OBS:FÓRMULA APLICADA:
=ARRED(A*B;2)



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO
SEM ESCALA

[illegible]



PROJETO: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA
COMUNIDADE DE BARREIRAS - PR
CONTRATO DE OBRAS Nº 002/2025/CM/SECEX/CAVIA

DATA: 01/01/2025

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA

COMUNIDADE DE BARREIRAS - PR

CONTRATO DE OBRAS Nº 002/2025/CM/SECEX/CAVIA

DATA: 01/01/2025

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA

COMUNIDADE DE BARREIRAS - PR

CONTRATO DE OBRAS Nº 002/2025/CM/SECEX/CAVIA

DATA: 01/01/2025

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA

COMUNIDADE DE BARREIRAS - PR

CONTRATO DE OBRAS Nº 002/2025/CM/SECEX/CAVIA

DATA: 01/01/2025

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

LEGENDA

LINHA DE EIXO DA PAVIMENTAÇÃO

CALÇADA A CONSTRUIR

CALÇADA A DEMOLIR

CALÇADA EXISTENTE A RECONSTRUIR (COM ACESSIBILIDADE)

CALÇADA EXISTENTE A RECONSTRUIR (SEM ACESSIBILIDADE)

PAVIMENTAÇÃO A CONSTRUIR

PAVIMENTAÇÃO EXISTENTE

PAVIMENTAÇÃO A CONSTRUIR EM OUTRO CONTRATO

PAVIMENTAÇÃO A CONSTRUIR NO MESMO CONTRATO

CINTURÃO DE TRAVAMENTO/FECHAMENTO

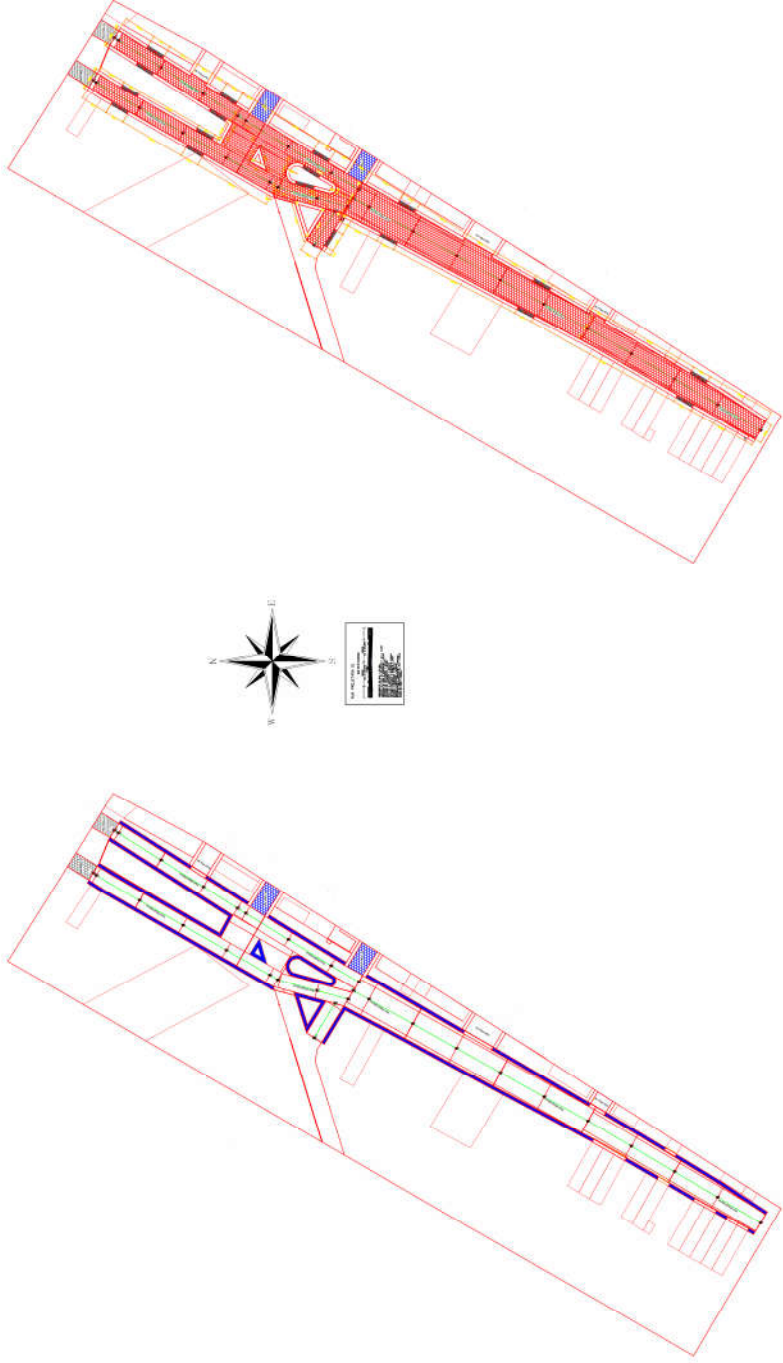
POSTE EXISTENTE

POÇO DE VISITA EXISTENTE

ÁRVORE EXISTENTE

PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DA RUA

PLACA DE PARE



PLANTA BAIXA - CALÇADAS

PLANTA DE SITUAÇÃO

RUA PROJETADA 01



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO EM PISAIS E PISAIS E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARABUBAS - PB

CONTEÚDO: PAVIMENTAÇÃO EM PISAIS E PISAIS E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARABUBAS - PB

DATA: 01/01

FECHA: 01/01

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO EM PISAIS E PISAIS E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARABUBAS - PB

CONTEÚDO: PAVIMENTAÇÃO EM PISAIS E PISAIS E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARABUBAS - PB

DATA: 01/01

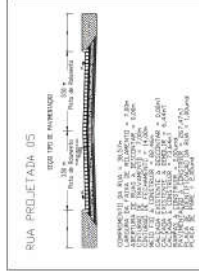
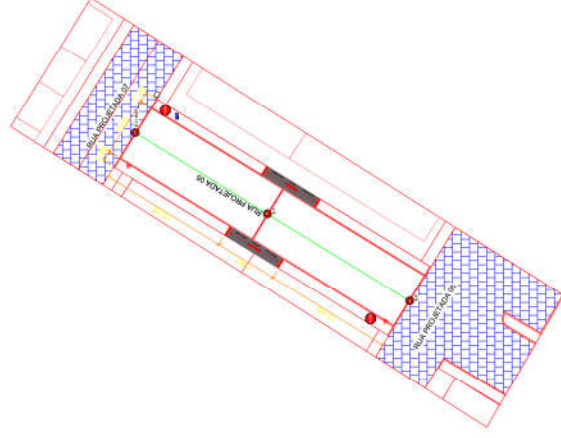
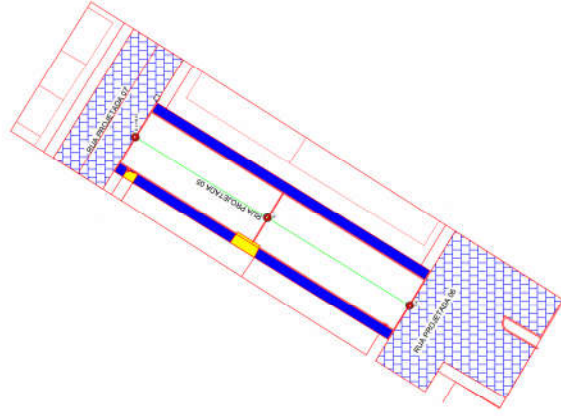
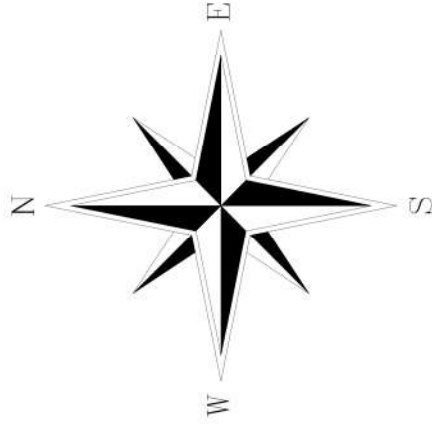
FECHA: 01/01

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO EM PISAIS E PISAIS E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARABUBAS - PB

CONTEÚDO: PAVIMENTAÇÃO EM PISAIS E PISAIS E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARABUBAS - PB

DATA: 01/01

FECHA: 01/01



LEGENDA	
	LINHA DE EIXO DA PAVIMENTAÇÃO
	CALÇADA A CONSTRUIR
	CALÇADA A REMELHOR
	CALÇADA EXISTENTE A RECONSTRUIR (COM ACESSIBILIDADE)
	CALÇADA EXISTENTE A RECONSTRUIR (SEM ACESSIBILIDADE)
	PAVIMENTAÇÃO A CONSTRUIR
	PAVIMENTAÇÃO EXISTENTE
	PAVIMENTAÇÃO A CONSTRUIR EM OUTRO CONTRATO
	PAVIMENTAÇÃO A CONSTRUIR NO MESMO CONTRATO
	CINTURÃO DE TRAVAMENTO/FECHAMENTO
	POSTE EXISTENTE
	POÇO DE VISITA EXISTENTE
	ÁRVORE EXISTENTE
	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DA RUA
	PLACA DE PARE

RUA PROJETADA 05



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

SEM ESCALA

IXA - CALÇADAS

PLANTA DE SITUAÇÃO

PROJETO PAVIMENTAÇÃO EM PAVIMENTO ASFALTADO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARABUBAS - PB

CONTRATO Nº 01/01

PLANTA Nº 01/01

PLANTA DE SITUAÇÃO

PROJETO PAVIMENTAÇÃO EM PAVIMENTO ASFALTADO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARABUBAS - PB

CONTRATO Nº 01/01

PLANTA Nº 01/01

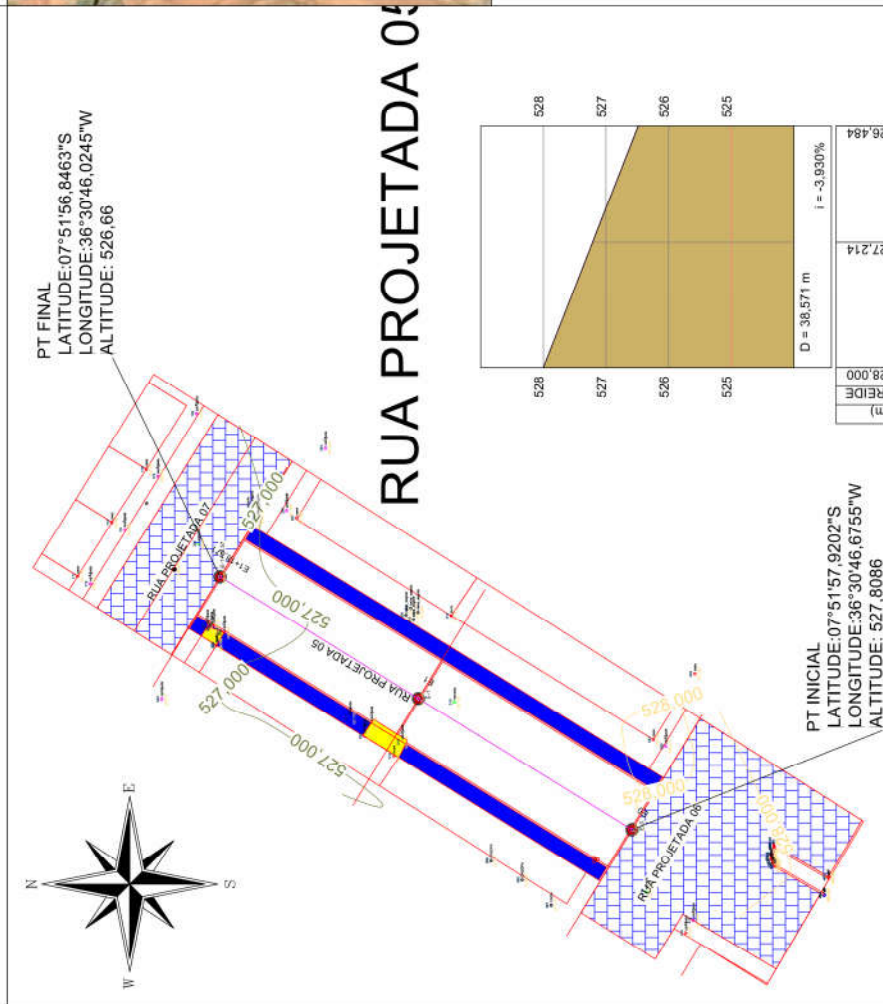
PLANTA DE SITUAÇÃO

PROJETO PAVIMENTAÇÃO EM PAVIMENTO ASFALTADO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARABUBAS - PB

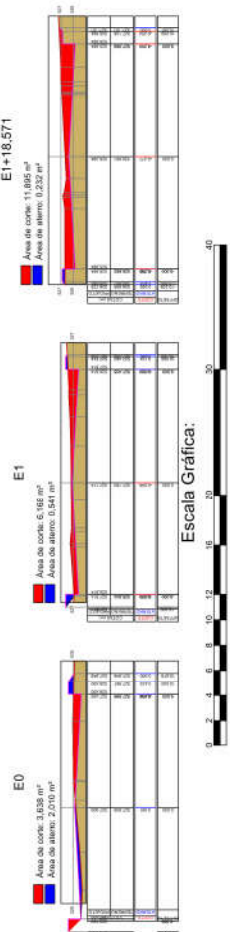
CONTRATO Nº 01/01

PLANTA Nº 01/01

PLANTA DE SITUAÇÃO



<p>Título:</p> <p>Levantamento Planialtimétrico Cadastral</p>	<p>Folha:</p> <p>01</p>
<p>Objetivo:</p> <p>PLANTA DE LOCALIZAÇÃO</p>	
<p>Município:</p> <p>CARÁUBAS-PB</p>	<p>Perímetro:</p>
<p>Proprietários:</p> <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS</p>	
<p>Imóvel:</p> <p>RUA PROJETADA 05</p>	<p>Matrícula:</p>
<p>Escala:</p> <p>1 / 400</p>	<p>Data:</p> <p>11/03/2026</p>
<p>Estado:</p> <p>PB</p>	
<p>RESPONSÁVEL TÉCNICO</p> <p>JOÃO MARCOS DE SOUZA</p> <p>CREA: 18170815-0/PB</p> <p>SETOR DE ENGENHARIA</p>	
<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS</p>	



LEGENDA

LINHA DE EIXO DA PAVIMENTAÇÃO

CALÇADA A CONSTRUIR

CALÇADA A REMELHIR

CALÇADA EXISTENTE A RECONSTRUIR (COM ACESSIBILIDADE)

CALÇADA EXISTENTE A RECONSTRUIR (SEM ACESSIBILIDADE)

PAVIMENTAÇÃO A CONSTRUIR

PAVIMENTAÇÃO EXISTENTE

PAVIMENTAÇÃO A CONSTRUIR EM OUTRO CONTRATO

PAVIMENTAÇÃO A CONSTRUIR NO MESMO CONTRATO

CINTURÃO DE TRAVAMENTO/FECHAMENTO

POSTE EXISTENTE

POÇO DE VISITA EXISTENTE

ÁRVORE EXISTENTE

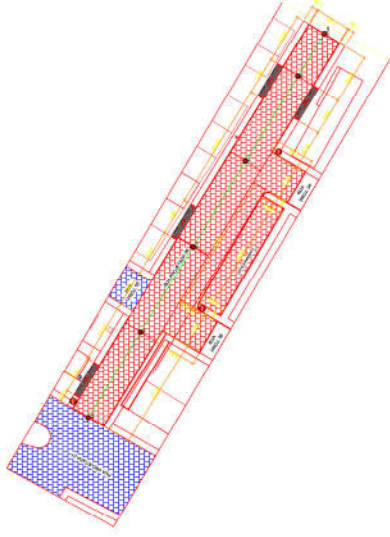
PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DA RUA

PLACA DE PARE

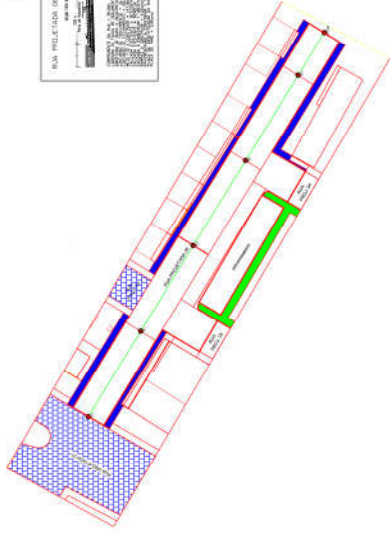
RUA PROJETADA 06



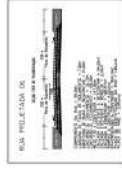
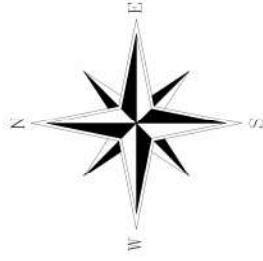
PLANTA DE LOCALIZAÇÃO SEM ESCALA



PLANTA DE SITUAÇÃO



PLANTA BAIXA - CALÇADAS



PROJETO: PAVIMENTAÇÃO EM PAREDE E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARABUBAS - PB

CONTEÚDO: PAVIMENTAÇÃO EM PAREDE E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARABUBAS - PB

DATA: 01/01

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO EM PAREDE E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARABUBAS - PB

CONTEÚDO: PAVIMENTAÇÃO EM PAREDE E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARABUBAS - PB

DATA: 01/01

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO EM PAREDE E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARABUBAS - PB

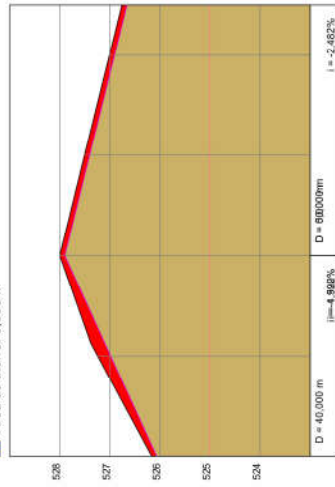
CONTEÚDO: PAVIMENTAÇÃO EM PAREDE E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARABUBAS - PB

DATA: 01/01

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO EM PAREDE E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARABUBAS - PB

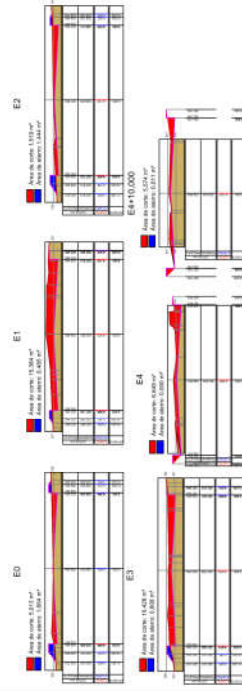
CONTEÚDO: PAVIMENTAÇÃO EM PAREDE E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARABUBAS - PB

DATA: 01/01



20,00m	ALTEIRO	526 064	526 164	526 064	E0
CORTA					E1
			527 240	526 982	E2
			528 000	527 900	E3
			527 504	527 404	E4
			527 007	526 907	E5+10,000
			526 759	526 659	

Escala Gráfica:



Título:	Levantamento Planialtimétrico Cadastral	Folha:	01
---------	---	--------	----

Objetivo: **PLANTA DE LOCALIZAÇÃO**

Município: **CARAUBAS-PB**

Proprietários:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS

Imóvel: **RUA PROJETADA 06**

Data: 11/03/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS

RESPONSÁVEL TÉCNICO
JOÃO MARCOS DE SOUZA
CREA: 161700815-0/PB
SETOR DE ENGENHARIA

LEGENDA

LINHA DE EIXO DA PAVIMENTAÇÃO

CALÇADA A CONSTRUIR

CALÇADA A DEMOLIR

CALÇADA EXISTENTE A RECONSTRUIR (COM ACESSIBILIDADE)

CALÇADA EXISTENTE A RECONSTRUIR (SEM ACESSIBILIDADE)

PAVIMENTAÇÃO A CONSTRUIR

PAVIMENTAÇÃO EXISTENTE

PAVIMENTAÇÃO A CONSTRUIR EM OUTRO CONTRATO

PAVIMENTAÇÃO A CONSTRUIR NO MESMO CONTRATO

CINTURÃO DE TRAVAMENTO/FECHAMENTO

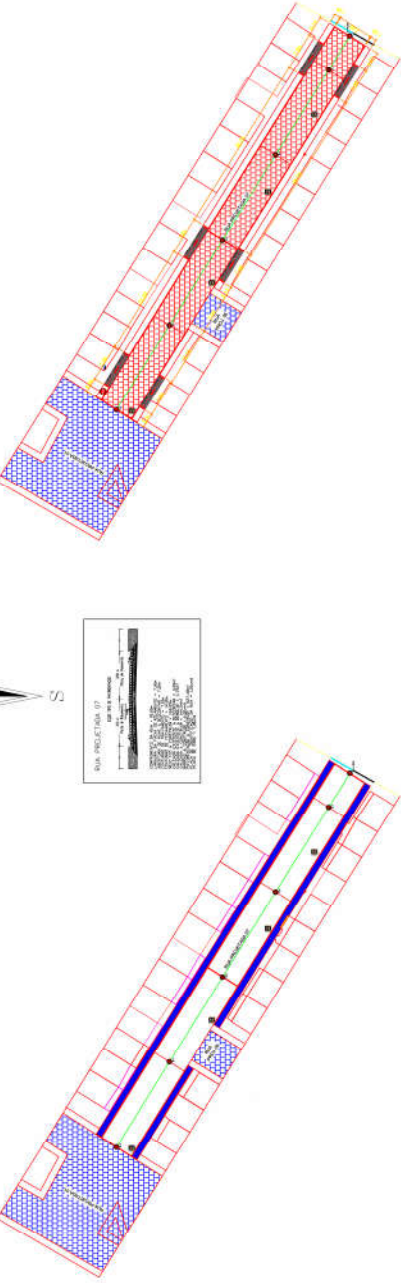
POSTE EXISTENTE

POÇO DE VISITA EXISTENTE

ÁRVORE EXISTENTE

PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DA RUA

PLACA DE PARE



RUA PROJETADA 07



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

PLANTA DE SITUAÇÃO

PLANTA BAIXA - CALÇADAS

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO EM PASELE, ESPRISO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARABUBAS - PB

CONTEÚDO: PAVIMENTAÇÃO EM PASELE, ESPRISO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARABUBAS - PB

DATA: 10/01/2023

FECHA: 10/01/2023

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO EM PASELE, ESPRISO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARABUBAS - PB

CONTEÚDO: PAVIMENTAÇÃO EM PASELE, ESPRISO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARABUBAS - PB

DATA: 10/01/2023

FECHA: 10/01/2023

01/01

PLANTA BAIXA - CALÇADAS

PLANTA DE SITUAÇÃO

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO EM PASELE, ESPRISO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARABUBAS - PB

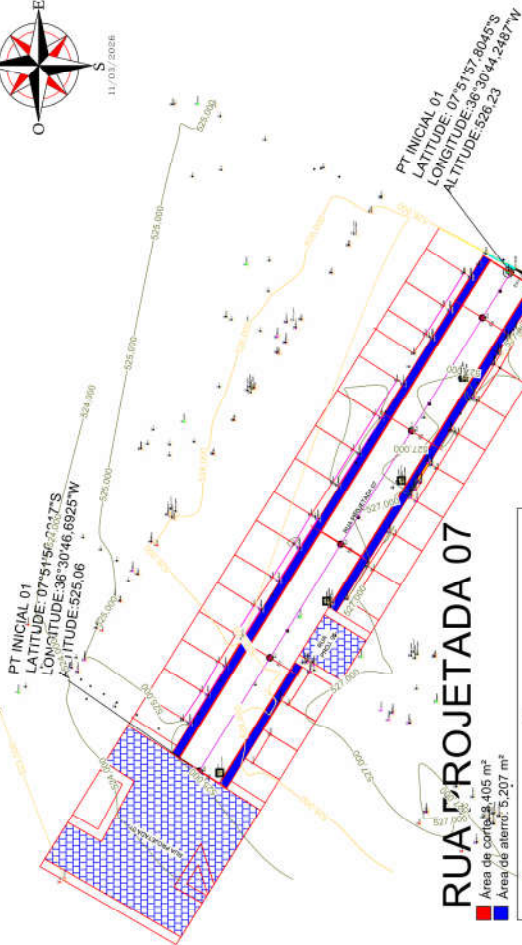
CONTEÚDO: PAVIMENTAÇÃO EM PASELE, ESPRISO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARABUBAS - PB

DATA: 10/01/2023

FECHA: 10/01/2023



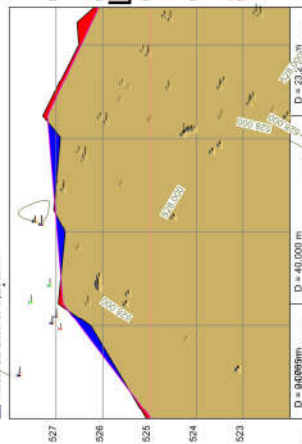
11/03/2026



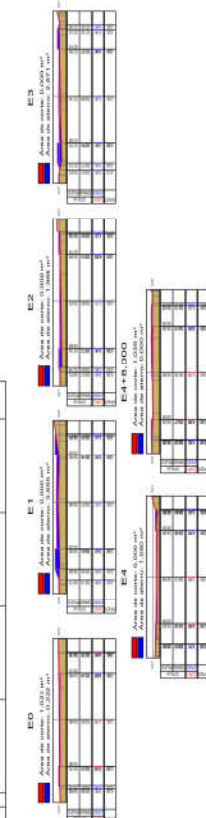
RUA PROJETADA 07

Área de corte: 405 m²

Área de aterro: 5.207 m²



ESTACAS	20,00m	40,00m	60,00m	80,00m	100,00m	120,00m	140,00m	160,00m	180,00m	200,00m
COTAS (m)	525,085	525,085	525,085	525,085	525,085	525,085	525,085	525,085	525,085	525,085
TERRENO (m)	525,085	525,085	525,085	525,085	525,085	525,085	525,085	525,085	525,085	525,085
ATELADO	0,190	0,231	0,173	0,236	0,049	-0,100	-0,100	-0,100	-0,100	-0,100
CORTE	0,190	0,231	0,173	0,236	0,049	-0,100	-0,100	-0,100	-0,100	-0,100



ESCALA:



A3 - (420 x 297)

PROPRIETÁRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS
CNPJ 01.612.638/0001-46

RESPONSÁVEL TÉCNICO
ANDESON BEZERRA PEREIRA
TÉCNICO EM AGRIMENSURA
CFT07627659410
COD. INCRRA - C&NI
Planta de Situação



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

Denominação
RUA PROJETADA 07
Propriedade
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS
Matrícula do imóvel
Código INCRA/SNCR
Município
CARAUBAS-PB

Natureza da Área:
Particular
Responsável Técnico(a):
JOÃO MARCOS DE SOUZA
Enfermeiro
Conselho Profissional:
161700815-0/PB
Documento de RT:

Área (Sistema Geodésico Local): Perímetro:

Sistema de Coordenadas:
Lat/Long. - não projetado

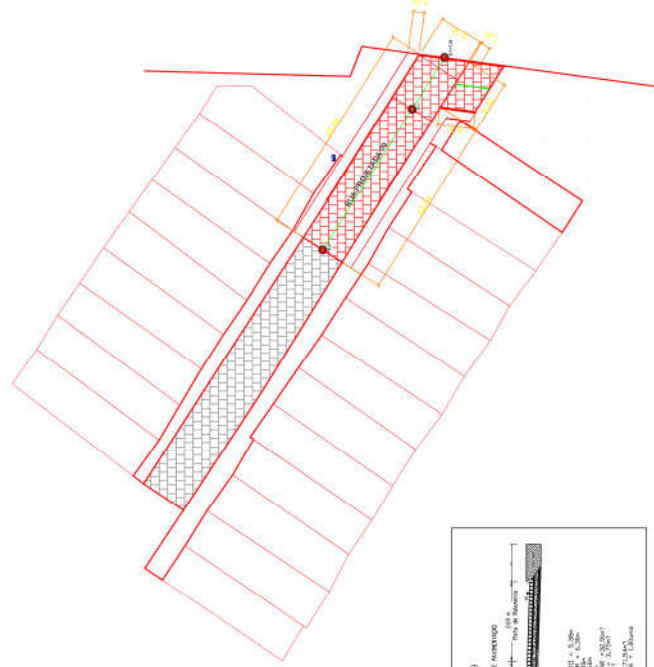
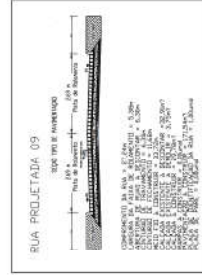
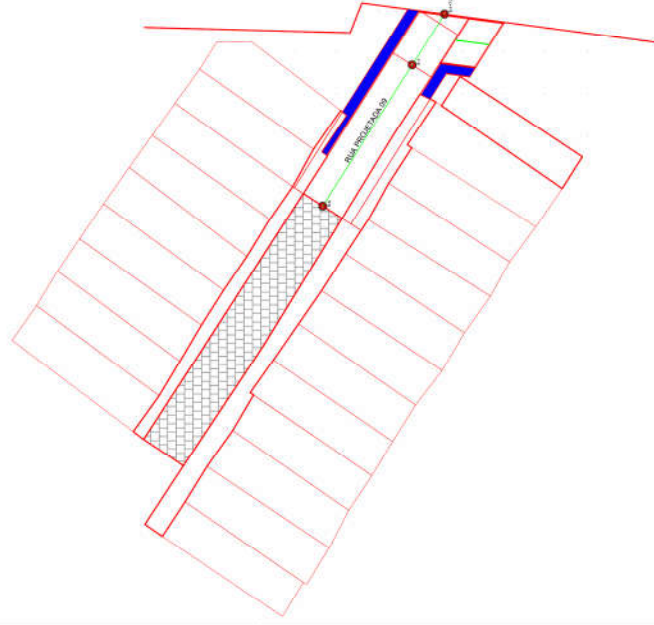
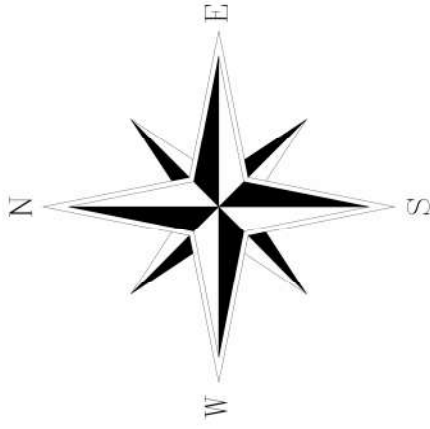
Escala:
1/750

Formato:
A3

CERTIFICAÇÃO:
Em atendimento ao § 5º do art. 176 da Lei 6.015/73,
certifico que esta planta foi elaborada com base na
medição realizada no terreno, e que a mesma
descrição das seções e do terreno, e a estrutura
outra poligonal constante do cadastro
georreferenciado do INCRA.

Data Certificação:
/ /

Data da Geração:



PLANTA BAIXA - CALÇADAS

PLANTA DE SITUAÇÃO

LEGENDA

- LINHA DE EIXO DA PAVIMENTAÇÃO
- CALÇADA A CONSTRUIR
- CALÇADA A REMELHOR
- CALÇADA EXISTENTE A RECONSTRUIR (COM ACESSIBILIDADE)
- CALÇADA EXISTENTE A RECONSTRUIR (SEM ACESSIBILIDADE)
- PAVIMENTAÇÃO A CONSTRUIR
- PAVIMENTAÇÃO EXISTENTE
- PAVIMENTAÇÃO A CONSTRUIR EM OUTRO CONTRATO
- PAVIMENTAÇÃO A CONSTRUIR NO MESMO CONTRATO
- CINTURÃO DE TRAVAMENTO/FECHAMENTO
- POSTE EXISTENTE
- POÇO DE VISITA EXISTENTE
- ÁRVORE EXISTENTE
- PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DA RUA
- PLACA DE PARE

RUA PROJETADA 09



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO EM PISAIS E PISAIS E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARABUBAS - PB

CLIENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES

DATA: 01/01

PLANTA BAIXA - CALÇADAS

PLANTA DE SITUAÇÃO

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO EM PISAIS E PISAIS E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARABUBAS - PB

CLIENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES




DATA: 01/01

PLANTA BAIXA - CALÇADAS

PLANTA DE SITUAÇÃO

<div><div><div><div><div><div></div><div></div></div></div><div><div><div></div><div></div></div></div><div><div><div></div><div></div></div></div></div></div><div><div>GOVERNO MUNICIPAL</div><div>CARAÚBAS</div><div>JUNTOS PODEMOS MAIS</div></div></div>	OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS - PB	
	RUA PROJETADA 01	DATA DE EMISSÃO: 03/2026

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO	
IMAGEM AÉREA	
<div><div><div>PLANTA DE SITUAÇÃO</div><div>PAVIMENTAÇÃO</div></div><div></div><div><div>Legenda</div><div><div></div><div>RUA PROJETADA 01 BARREIRAS</div></div></div></div>	
ESTACA E- INICIAL	TRECHO
<div><div></div><div><div>quarta-feira, 11 de fevereiro de 2026 15:52:05.46</div><div>7.86749554798007S 36.514083445072174W</div><div>Altitude: 526.0msnm</div><div>Velocidade: 0.0km/h</div><div>RUA PROJETADA 01</div><div>Número de índice: 319</div></div></div>	<div><div></div><div><div>quarta-feira, 11 de fevereiro de 2026 16:12:39.40</div><div>7.865919163450599S 36.51320175267756W</div><div>Altitude: 524.0msnm</div><div>Velocidade: 0.5km/h</div><div>RUA PROJETADA 01</div><div>Número de índice: 431</div></div></div>
ESTACA E- FINAL	ESTACA E- FINAL
<div><div></div><div><div>quarta-feira, 11 de fevereiro de 2026 16:15:43.52</div><div>7.865012451075017S 36.512782825157046W</div><div>Altitude: 521.0msnm</div><div>Velocidade: 0.3km/h</div><div>RUA PROJETADA 01</div><div>Número de índice: 450</div></div></div>	<div><div></div><div><div>quarta-feira, 11 de fevereiro de 2026 16:16:08.49</div><div>7.8650736808776835S 36.51768664765738W</div><div>Altitude: 521.0msnm</div><div>Velocidade: 0.0km/h</div><div>RUA PROJETADA 01</div><div>Número de índice: 450</div></div></div>

	OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS - PB	
	RUA PROJETADA 05	DATA DE EMISSÃO: 03/2026
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO		
IMAGEM AÉREA		
		
ESTACA E- INICIAL		
		
ESTACA E- FINAL		
		

<div><div><div><div><div><div></div><div></div></div></div><div><div><div></div><div></div></div></div><div><div><div></div><div></div></div></div></div></div><div><div>GOVERNO MUNICIPAL</div><div>CARAÚBAS</div><div>JUNTOS PODEMOS MAIS</div></div></div>	OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS - PB	
	RUA PROJETADA 06	DATA DE EMISSÃO: 03/2026

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO	
IMAGEM AÉREA	
<div><div><div>PLANTA DE SITUAÇÃO</div><div>PAVIMENTAÇÃO</div></div><div></div></div>	
ESTACA E- INICIAL	TRECHO
<div><div></div><div><div>quarta-feira, 11 de fevereiro de 2026 16:08:00:52</div><div>7.865977878682315S 36.51324818842113W</div><div>Altitude: 519.0msnm</div><div>Velocidade: 0.0km/h</div><div>RUA PROJETADA 06</div><div>Número de índice: 404</div></div></div>	<div><div></div><div><div>quarta-feira, 11 de fevereiro de 2026 16:08:34:44</div><div>7.8661406671514225S 36.51295272633433W</div><div>Altitude: 521.0msnm</div><div>Velocidade: 1.2km/h</div><div>RUA PROJETADA 06</div><div>Número de índice: 408</div></div></div>
TRECHO	ESTACA E- FINAL
<div><div></div><div><div>quarta-feira, 11 de fevereiro de 2026 16:08:40:41</div><div>7.866159891709685S 36.51293260976672W</div><div>Altitude: 522.0msnm</div><div>Velocidade: 0.0km/h</div><div>RUA PROJETADA 06</div><div>Número de índice: 410</div></div></div>	<div><div></div><div><div>quarta-feira, 11 de fevereiro de 2026 16:09:42:02</div><div>7.866475093178451S 36.51248727925122W</div><div>Altitude: 525.0msnm</div><div>Velocidade: 0.0km/h</div><div>RUA PROJETADA 06</div><div>Número de índice: 417</div></div></div>

<div><div><div><div><div><div></div><div></div></div></div><div><div><div></div><div></div></div></div><div><div><div></div><div></div></div></div></div></div><div><div>GOVERNO MUNICIPAL</div><div>CARAÚBAS</div><div>JUNTOS PODEMOS MAIS</div></div></div>	OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS - PB	
	RUA PROJETADA 07	DATA DE EMISSÃO: 03/2026

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO	
IMAGEM AÉREA	
<div><div><div>PLANTA DE SITUAÇÃO</div><div>PAVIMENTAÇÃO</div></div><div></div><div><div>Google Earth</div><div>Imagem capturada em 11/02/2026 16:18:01</div></div><div><div>Legenda</div><div>RUA PROJETADA 07 BARREIRAS</div></div><div><div>50 m</div><div>N</div></div></div>	
ESTACA E- INICIAL	TRECHO
<div><div></div><div><div>quarta-feira, 11 de fevereiro de 2026 16:18:01:90</div><div>7.86568899833709S 36.5129688996405W</div><div>Altitude: 522.0msnm</div><div>Velocidade: 0.0km/h</div><div>RUA PROJETADA 07</div><div>Número de índice: 458</div></div></div>	<div><div></div><div><div>quarta-feira, 11 de fevereiro de 2026 16:18:31:44</div><div>7.865777593106031S 36.51275323703885W</div><div>Altitude: 519.0msnm</div><div>Velocidade: 0.0km/h</div><div>RUA PROJETADA 07</div><div>Número de índice: 462</div></div></div>
TRECHO	ESTACA E- FINAL
<div><div></div><div><div>quarta-feira, 11 de fevereiro de 2026 16:19:34:33</div><div>7.866052980534732S 36.51227437891066W</div><div>Altitude: 527.0msnm</div><div>Velocidade: 0.0km/h</div><div>RUA PROJETADA 07</div><div>Número de índice: 470</div></div></div>	<div><div></div><div><div>quarta-feira, 11 de fevereiro de 2026 16:20:00:33</div><div>7.865983201190829S 36.51247990317643W</div><div>Altitude: 526.0msnm</div><div>Velocidade: 0.0km/h</div><div>RUA PROJETADA 07</div><div>Número de índice: 474</div></div></div>

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

IMAGEM AÉREA



ESTACA E- INICIAL



ESTACA E- FINAL





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PB

ART OBRA / SERVIÇO
Nº PB20260802091

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba

INICIAL

1. Responsável Técnico

JOÃO MARCOS DE SOUZA

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: **1617008150**

Registro: **10768902017PB**

Empresa contratada: **JMS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME**

Registro: **0003488551-PB**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS**

CPF/CNPJ: **01.612.638/0001-46**

RUA EXPEDICIONARIO LUIZ T LEAO

Nº: **SN**

Complemento:

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **CARAÚBAS**

UF: **PB**

CEP: **58595000**

Contrato: **Não especificado**

Celebrado em:

Valor: **R\$ 2.000,00**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional: **Órgão Público**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA EXPEDICIONARIO LUIZ T LEAO

Nº: **SN**

Complemento:

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **CARAÚBAS**

UF: **PB**

CEP: **58595000**

Data de Início: **01/02/2026**

Previsão de término: **30/06/2026**

Coordenadas Geográficas: **0, 0**

Finalidade: **Infraestrutura**

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS**

CPF/CNPJ: **01.612.638/0001-46**

4. Atividade Técnica

14 - Elaboração

	Quantidade	Unidade
80 - Projeto > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > OBRAS DE TERRA > DE OBRAS DE TERRA > #3.3.1.9 - TERRAPLENAGEM	1,00	un
80 - Projeto > TOPOGRAFIA > LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS BÁSICOS > DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO > #33.1.1.3 - PLANIALTIMÉTRICO	1,00	un
80 - Projeto > OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.7 - MEIO-FIO	1,00	un
80 - Projeto > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.3 - EM PARALELEPÍEDO PARA VIAS URBANAS	1,00	un
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE ACESSIBILIDADE DE EDIFICAÇÃO > #1.1.3.4 - PARA FINS DIVERSOS	1,00	un
80 - Projeto > TRANSPORTES > SINALIZAÇÃO > DE SINALIZAÇÃO > #4.9.1.4 - VIÁRIA	1,00	un
38 - Especificação > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > OBRAS DE TERRA > DE OBRAS DE TERRA > #3.3.1.9 - TERRAPLENAGEM	1,00	un
38 - Especificação > TOPOGRAFIA > LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS BÁSICOS > DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO > #33.1.1.3 - PLANIALTIMÉTRICO	1,00	un
38 - Especificação > OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.7 - MEIO-FIO	1,00	un
38 - Especificação > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.3 - EM PARALELEPÍEDO PARA VIAS URBANAS	1,00	un
38 - Especificação > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE ACESSIBILIDADE DE EDIFICAÇÃO > #1.1.3.4 - PARA FINS DIVERSOS	1,00	un
38 - Especificação > TRANSPORTES > SINALIZAÇÃO > DE SINALIZAÇÃO > #4.9.1.4 - VIÁRIA	1,00	un
35 - Elaboração de orçamento > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > OBRAS DE TERRA > DE OBRAS DE TERRA > #3.3.1.9 - TERRAPLENAGEM	1,00	un
35 - Elaboração de orçamento > TOPOGRAFIA > LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS BÁSICOS > DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO > #33.1.1.3 - PLANIALTIMÉTRICO	1,00	un

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-pb.sitac.com.br/publico/>, com a chave: cc632
 Impresso em: 23/02/2026 às 21:21:08 por: ip: 186.249.18.88

sic.creapb.org.br

creapb@creapb.org.br

Tel: (83) 3533 2525

Fax:



CREA-PB
 Conselho Regional de Engenharia
 e Agronomia da Paraíba





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PB

ART OBRA / SERVIÇO
Nº PB20260802091

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba

INICIAL

35 - Elaboração de orçamento > OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.7 - MEIO-FIO	1,00	un
35 - Elaboração de orçamento > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.3 - EM PARALELEPÍEDO PARA VIAS URBANAS	1,00	un
35 - Elaboração de orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE ACESSIBILIDADE DE EDIFICAÇÃO > #1.1.3.4 - PARA FINS DIVERSOS	1,00	un
35 - Elaboração de orçamento > TRANSPORTES > SINALIZAÇÃO > DE SINALIZAÇÃO > #4.9.1.4 - VIÁRIA	1,00	un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

PROJETOS, ORÇAMENTO E ESPECIFICAÇÕES PARA PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO E DRENAGEM DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS ? PB, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 990980/2025/MCIDADES/CAIXA.

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-PB, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NAO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____, _____ de _____ de _____
 Local data



Documento assinado eletronicamente
 com credenciais de login e senha

JOÃO MARCOS DE SOUZA
 RNP: 1617008150
 Data: 23/02/2026 21:21:08

JOÃO MARCOS DE SOUZA - CPF: 071.144.504-43

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS - CNPJ: 01.612.638/0001-46

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: **R\$ 108,39** Registrada em: **23/02/2026** Valor pago: **R\$ 108,40** Nosso Número: **5333671**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-pb.sitac.com.br/publico/>, com a chave: cc632
 Impresso em: 23/02/2026 às 21:21:08 por: , ip: 186.249.18.88

